



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DE 2022 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA A SETE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS

Acta nº 1/2022

Aprovada em 28/04/2022

No dia sete de Fevereiro de dois mil e vinte e dois teve lugar a *1ª Sessão Ordinária de 2022*, realizada na *Sala D. Afonso Henriques* (Convento São Francisco), com a seguinte ordem de trabalhos:

1— ABERTURA

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal

II— PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenções dos Deputados Municipais

III — PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Intervenção do Presidente da Câmara

• Grupos Políticos

2. Grandes Opções do Planos e Orçamento para 2022 da Câmara Municipal de Coimbra;

- Autorização para celebração de Contratos de Delegação de Competências Municipais entre a Câmara Municipal e as Uniões e Juntas de Freguesia;
- Regulamento Interno de Fundos de Maneio;
- Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA);
- Mapa de Pessoal para 2022;

3. Grandes Opções do Planos e Orçamento para 2022 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra;

- Mapa de Pessoal para 2022;

4. Acta da Assembleia Geral da AC, Águas de Coimbra, E. M., na qual foram aprovados os Instrumentos de Gestão Previsional de 2022 e o Parecer do Fiscal Único — Conhecimento;

5. Revisores Oficiais de Contas da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra — Pedido de Cisão - Conhecimento;

6. Actualização da constituição da Comissão Municipal de Protecção Civil- eleição de Presidente de Junta de Freguesia;

7. Constituição da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais — eleição de dois Presidentes de Junta Freguesia;

8. Designação de júri de procedimento para provimento de cargo intermédio de 2º grau dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (retirado);

9. Designação do fiscal único da AC, Águas de Coimbra, E.M.;

10. Proposta de Auto de Transferência de Competências para a União das Freguesias de Souselas e Botão;

11. Projecto de Acta nº4/2021, de 7 de Setembro.

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Grupo Municipal Partido Socialista (PS):

Eleitos directos

Luís Marinho, Ferreira da Silva, Ana Janelas, Vitor Parola, Luis Silva, Tiago Bolhão, Ângela Correia, Juvenal Sousa, Rui Claro, Isabel Garcia, Ramiro Simões e Elisabete Lemos.

Presidentes de Junta de Freguesia: António Coelho, João Marques, José Santos, Joaquim Pereira, José Salgado, Paulo Cardoso, Diamantino Jorge, João Pimenta, Jorge Veloso e Horácio Costa.

Grupo Municipal (PPD/PSD)

Eleitos directos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Ricardo Lopes, Graça Oliveira, Martim Syder, Carlos Figueiredo, Susana Magnólia e Paulo Lopes.

Presidentes de Junta de Freguesia: Francisco Rodeiro, António Teodoro, João Campos, Luís Correia e Mário Alves.

Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):

Eleitos directos

Manuel Rocha, João Pinto Ângelo, e Luísa Silva.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Victor Carvalho e Jorge Mendes.

Grupo Municipal Nós Cidadãos (NC):

Eleitos directos

Lúcia Ferraz, Nunes da Silva, Lara Martins e Rui Rodrigues.

Presidente de Junta de Freguesia: Rui Soares.

Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):

Eleitos directos

Jorge Almeida, Helena Mendes, Margarida Pocinho e José Castro.

Grupo Municipal “Cidadãos por Coimbra” (CpC):

Eleitos directos

João Malva e Graça Simões.

Deputado Municipal do PPM

António Cabral Oliveira.

Deputado Municipal do Chega

Fernando Duque

Presenças da Câmara Municipal:

Além do Presidente da Câmara José Manuel Silva e do Vice-Presidente Francisco Veiga, estiveram presentes os Vereadores, Ana Bastos, Carlos Lopes, Ana Oliveira, Miguel Fonseca, Francisco Queirós, José Dias, Carlos Cidade, Regina Bento e Carina Gomes.

Mesa:

Presidiu a sessão o Presidente da Assembleia Municipal Luís Marinho que foi secretariado por Graça Simões, como Primeira Secretária e Paulo Cardoso como Segundo Secretário.

O Presidente da Assembleia iniciou a sessão quando eram catorze horas e trinta minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento nos termos do nº 1, artigo do 13º, do Regimento da Assembleia Municipal – Mandato 2013-2017, revisto e aprovado em Sessão Ordinária de 29 de Abril de 2015, bem como nos termos do nº 1, artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Grupo Municipal Partido Socialista (PS):

Deputado municipal **David Silva**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Elisabete Lemos**.

Grupo Municipal (PPD/PSD):

Deputada municipal **Lídia Pereira**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Paulo Lopes**.

Deputado municipal **José Simão**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Mário Alves**.

Todas as substituições foram efectuadas nos termos do nº 1, artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, bem como nos termos do nº 1, do artigo 13º, do Regimento da Assembleia Municipal.

I ABERTURA

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:

→ Constata a existência de *Quórum*;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

→ Iniciou a sessão, propondo a *Ordem de Trabalhos*, antecipadamente divulgada, com uma alteração relativa ao *Ponto 8*, retirado a pedido do Presidente da Câmara. Face à inexistência de objecções reconheceu a respectiva *aprovação*.

O Presidente da Assembleia Municipal deu início à sessão encetando as inscrições para o “*Período de Antes da Ordem do Dia*”.

II PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenções dos Deputados Municipais

Intervenção do deputado municipal João Malva (CpC): [\(áudio 06:17 a 12:14 minutos - 1ª gravação\)](#)

- Cumpria-lhe dar uma palavra de apreço pela participação democrática nas eleições legislativa. O mesmo povo de Coimbra que tinha elegido a coligação “*Juntos Somos Coimbra*” para governo da cidade tinha dado agora uma vitória inequívoca ao Partido Socialista;
- Nas autárquicas, o Presidente tinha sido eleito por uma larga maioria com eleitores de direita, de centro e de esquerda. Deveria governar para todos os cidadãos de Coimbra, não apontando a ideologias. “*Não havia cidadãos de primeira e cidadãos de segunda*”. Vinha, no entanto, de modo recorrente, demonstrar que ainda não se tinha habituado à nova função de Presidente e teimava em acumular a sua intervenção com a de líder da oposição. O eterno discurso de recalçamento contra o socialismo, os socialistas, a Direção Geral da Saúde, ou o Governo tinha passado de prazo e já parecia muleta. Feito o ponto da circunstância que tinha encontrado, era hora de se focar no trabalho pela cidade;
- Tinha promovido a apresentação do esboço de orçamento em reunião da Assembleia. Pediu o envio de propostas para o seu gabinete, mas o CpC não tinha sido chamado a discutir as propostas apresentadas, nem sequer tinha sido notificado sobre a recepção do email enviado. A participação democrática exigia abertura e respeito pela opinião. Não esperavam o acolhimento de todas as propostas do CpC, mas esperavam troca de opinião e, pelo menos, uma cordial justificação para a impossibilidade, ou falta de enquadramento político, para o que não tinha sido considerado;
- Dirigindo-se ao Presidente da Câmara, declarou que não vislumbravam uma estratégia ganhadora para a candidatura de Coimbra a “*Capital Europeia da Cultura 2027*”. Não compreendiam como se podia ignorar, em orçamento, a proposta da implementação do “*Museu da Língua Portuguesa em Coimbra*”. Mas tinham verificado que tinha tido a oportunidade de introduzir uma linha para futuro financiamento do “*Passeio da Fama*”. “*Passeio da Fama*”! Em Coimbra? Talvez “*Passeio das Artes, Passeio dos Poetas, Passeio dos Amores*”, viesse mais a propósito. Não podiam entender que tivesse sugerido deslocalizar as instituições que prestavam apoio social aos mais frágeis, não só aos sem-abrigo, também aos pobres, aos mais velhos, da baixa para outras áreas da cidade. Culpar os mais frágeis pelo esvaziamento e insegurança da baixa refletia visão curta e ideologicamente toldada. As Associações não estavam na baixa para atrair quem a elas recorriam. Não! As Associações estavam na baixa porque lá moravam, em habitações ou na rua, quem delas necessitava. Desconcentrar os apoios do local, onde eram necessários, para outros locais da cidade, só ia agravar desigualdades e potenciar problemas. A baixa precisava de investimento, precisava de atrair novas famílias e precisava de dignificar a vida de quem já lá vivia. Porque não dedicava a sua atenção às corridas ilegais de automóveis e motos de alta cilindrada, e de veículos modificados, que todas as sextas e sábados faziam de algumas vias urbanas pista de corridas nas mesmas estradas onde circulavam as famílias? Os mais frágeis não tinham recursos para poluir o ambiente e colocar os outros em risco... só os protegidos da sociedade. “*Não há cidadãos de primeira e cidadãos de segunda*”;
- Informou que tinham tomado nota das notícias do dia que anunciavam novas definições para a frente de rio. Aquela era uma oportunidade que a cidade não podia perder! Por isso, exigiam que se afixassem, no Átrio da Câmara, os planos que sustentavam as ideias do Executivo para que fossem do conhecimento dos cidadãos. Era urgente que o Presidente da Câmara tomasse posição sobre a passagem dos terrenos da Infraestruturas de Portugal para o Município, de modo a evitar a futura especulação imobiliária. Com o novo quadro de estabilidade governativa em Portugal, e a sua diplomacia institucional, poderia abrir um diálogo frutífero com o governo;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

→ Concluiu dizendo que aquele processo era demasiado estruturante para poder ser desenvolvido em conclave de gabinete, sem o envolvimento dos cidadãos e da cidade. “*A cidade do futuro é de todos nós, por isso...sim exigimos participar!*”.

Intervenção do deputado municipal José Castro (CDS):[\(áudio 13:02 a 20:32 minutos - 1ª gravação\)](#)

→ Iniciou a sua intervenção referindo que o tema e respectiva abordagem que ali trazia o vinculava apenas a ele, dado que as estruturas locais do CDS não tinham tomado ainda posição sobre os aeroportos, principalmente sobre os aeroportos em Portugal e a necessidade ou não de novas infraestruturas. Na Europa um aeroporto, para ser sustentável, devia ter um movimento superior a 900 mil passageiros/ano e devia servir uma população acima de 2,5 milhões de habitantes. Mas aquela distribuição por população refletia-se também na distância entre aeroportos e aquela variava entre 120 e 150 km, em média. Curiosamente entre Porto e Lisboa distavam cerca de 300km e entre Lisboa e Faro distavam um pouco menos (280km). Ora, nas distâncias mais longas, entre Porto e Lisboa encontravam um vazio que podia perfeitamente ser preenchido com o aeroporto de Monte Real, e entre Lisboa e Faro, o vazio podia ser preenchido com o aeroporto de Beja, que já estava aberto ao tráfego aéreo, mas subaproveitado. Poderiam pensar que era incompatível ter um aeroporto civil a conviver com um aeroporto militar, mas tinham muitos bons e importantes exemplos pela Europa de aeroportos com as duas valências: Lajes, Beja, Frankfurt, Saragoça, Salamanca, Badajoz e tantos outros por essa Europa fora. Tornava-se assim evidente que faltava um aeroporto civil na região centro. Mas ele existia na Base Aérea de Monte Real, faltando o que se podia dizer pouco face à construção de um aeroporto de raiz. As infraestruturas principais estavam executadas e equipadas. O principal estava construído, os recursos humanos existiam, faltava uma gare para passageiros, valências de apoio e pouco mais, para além da articulação com os militares. As acessibilidades também existiam: Auto Estrada a 5 Km; Caminho de Ferro a 4 Km. Eram necessários, no entanto, alguns ajustes e melhorias naquelas infraestruturas, para que pudessem servir da melhor forma as novas necessidades da região centro e do país; A sul, tinham o Aeroporto de Beja: estava construído e bem, tinha uma pista longa e mais larga do que as dos restantes aeroportos em Portugal e tinha área para expansão. Já servia a aviação civil, mas estava subaproveitado. Falta o investimento nas acessibilidades, exemplificando: a autoestrada de ligação a Lisboa ou até a possibilidade de um comboio de Alta Velocidade, que ficaria assim a 25mn de Lisboa. Permitindo que carga aérea e os aviões de grandes dimensões que não aterravam em Lisboa teriam ali uma infraestruturas com excelentes condições para os receber, dando também apoio ao saturado Aeroporto de Faro, em muitos dias do Verão. Aeroporto no Montijo: seria um grave problema ambiental e um “*disparate*” aeronáutico. Problema ambiental ao interferir com o habitat de centenas de milhares de aves de muitas espécies e um “*disparate*” aeronáutico ao cruzar aviões a jacto com aves e devido à perigosidade da proximidade ao aeroporto da Portela e à orientação das pistas que no seu prolongamento espacial se cruzavam à vertical do Tejo, uma vez que as aproximações às pistas se faziam a velocidades próximo da perda o que diminuía a capacidade de manobra das aeronaves;

→ Concluiu declarando que em relação ao Aeródromo Municipal de Coimbra era uma infraestruturas que pouco tinha sido apoiada até momento, que se encontrava subaproveitada e que fazia falta ao desenvolvimento da cidade. Infelizmente não tinha condições para ser um aeroporto internacional, mas tinha grandes condições para poder vir a ser um bom aeródromo. Precisava para isso que a sua pista, atualmente com 922 metros fosse alongada, 50/70 metros na cabeceira da pista 1.6 e mais 200 metros na cabeceira da pista 3.4. Precisava de hangares para a recolha de aeronaves, salas para escola de aviação, e de um posto de abastecimento com vários tipos de combustível para que fosse operado por um número muito maior de aeronaves, maiores e com mais valências, como por exemplo aviões maca, aviões executivos, treino de pilotos.

Intervenção do deputado municipal Tiago Bolhão (PS):[\(áudio 21:23 a 24:10 minutos - 1ª gravação\)](#)

→ Saudou os trabalhadores da Câmara Municipal e todas as pessoas que mais uma vez tinham permitido o desenvolvimento do acto eleitoral que tinha exigido naturalmente adaptações face à pandemia que se vivia. Felicitou por isso todos os envolvidos e naturalmente os deputados à Assembleia da República eleitos;

→ Declarou que o Executivo Camarário tinha procedido, no passado dia 1 de Fevereiro de 2022, à venda da viatura Audi A8, propriedade do Município de Coimbra e que era utilizada pelo anterior presidente do Município, o qual era, ao mesmo tempo, Presidente da Associação Nacional de Município Portugueses.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Decorria que o Executivo Camarário tinha considerado dispensável ao serviço público e exercício da função dos seus titulares e particularmente do seu Presidente a referida viatura, naturalmente também porque o parque automóvel do município possuía viaturas disponíveis suficientes para as suas necessidades. A referida viatura tinha sido vendida em asta pública pelo preço de 41.800€ e com aquilo, o Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Manuel Silva tinha declarado publicamente, “*que com tal quantia seriam adquiridos dois autocarros usados para os serviços dos SMTUC*”. De acordo com a notícia publicada na revista Sábado de 30 de Novembro de 2021 era dado a saber que, alegadamente, no horizonte dos seis anos em que tinha sido bastonário tinha recebido por quilómetros percorridos na sua viatura 95 mil euros, auferindo um total de cerca de 175 mil euros, a título de quilómetros e ajudas de custo. Verificava-se assim que a utilização de viatura pessoal em serviço público era excessivamente onerosa, podendo as deslocações exigidas em cumprimento da função ser alcançada com menor despesa, com utilização de viatura do município. Na verdade, o preço conseguido com a referida venda de 41.800€ era insuficiente para pagar as deslocações em viatura própria durante o mandato de 4 anos, sendo mesmo necessário vender 2 automóveis pelo mesmo valor, para suportar tais despesas caso o Presidente da Câmara, viesse a decidir deslocar-se em viatura própria com as despesas a suportar pelo Município com o seu exemplo que advinha da referida notícia da revista Sábado;

- Era seguro que o desempenho da função de Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, ainda que não fosse também a de Presidente da ANMP, exigia maior mobilidade e deslocações constantes no exercício da sua função, pelo que resultava excessivamente onerosa a utilização de viatura pessoal em deslocações no exercício das respetivas funções ao serviço do município. Importava, por isso, acautelar tal despesismo;
- Terminou afirmando que face à descrita e excessiva onerosidade que podia decorrer para o Município e à reconhecida dispensabilidade da viatura ligeira de marca Audi A8 para deslocação, em serviço, os deputados do Partido Socialista naquela Assembleia Municipal de Coimbra, vinham sugerir ao Presidente da Câmara Municipal que nas deslocações em serviço da Câmara Municipal no exercício das suas funções não utilizasse viatura própria, utilizando para o efeito uma das viaturas disponíveis do parque automóvel do município.

Intervenção do deputado municipal Paulo Lopes (PSD): [\(áudio 24:52 a 26:30 minutos - 1ª gravação\)](#)

- Declarou que a Freguesia de Cernache tinha sido esquecida, com a destruição do tecido empresarial verificado na região, pelo encerramento do CAIC (Colégio da Imaculada Conceição), demonstrava falta de apoio e visão da gestão municipal, àquela Freguesia. O que sobrava a Cernache, tornar-se uma região habitacional por excelência. A Freguesia de Cernache, estava munida de infraestruturas rodoviárias que permitia deslocação para o centro da cidade e zonas periféricas com tecido empresarial, tendo-se verificado ao nível dos vários lugares da Freguesia pavimentação de novas estradas, caminhos, criando as infraestruturas primárias necessárias para o crescimento habitacional de Cernache. Contudo em momento algum, aquela Freguesia tinha sido alvo de análise no âmbito de Alteração ao Plano Diretor Municipal de Coimbra. Aquela análise podia e iria permitir um crescimento habitacional sustentado, que iria permitir a Coimbra, à Freguesia de Cernache ter a capacidade de reter os seus jovens com condições habitacionais condignas, que permitissem uma maior qualidade de vida;
- Concluiu afirmando que era urgente haver uma avaliação correcta do PDM para a Freguesia de Cernache e o seu alargamento para a região habitacional.

Intervenção do deputado municipal Nunes da Silva (NC): [\(áudio 27:12 a 32:37 minutos - 1ª gravação\)](#)

- Felicitou o Partido Socialista pela expressiva vitória nas recentes eleições legislativas. Em face daqueles resultados ver-se-ia o Partido Socialista livre das “*amarras*” dos partidos marxistas/leninistas. No círculo em que tinha ido como cabeça de lista a Ministra da Saúde tinha aumentado para 6 o número de deputados eleitos, estando assim reunidas as condições ideais para que o país e Coimbra recuperassem. Tinham ouvido as promessas dos candidatos, tinham lido o que desejava a sua estrutura concelhia para Coimbra. Da parte do NC existia vontade e empenhamento totais para que o caminho do progresso se iniciasse rapidamente, mas com segurança e sustentabilidade. Agilizar e modernizar serviços camarários, atrair investimento, criar condições para fixar jovens, uma nova política de habitação, mais e melhor cultura, etc. Transformar Coimbra num Município saudável, amigo do ambiente onde se desejasse viver;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Relativamente ao ensino informou, que havia 10/15 anos os alunos com melhores notas que desejassem aceder a um curso superior escolhiam na sua maioria, Coimbra. Actualmente a sua primeira opção tinha passado para Lisboa, Porto e outros Polos. Questionou o que teria acontecido à Universidade? Em muitos aspectos não tinha sabido evoluir. Era fundamental que se recuperasse o prestígio perdido e se criasse cada vez mais ligação à indústria e à cidade;
- Quanto ao “Plano *Municipal da Saúde*” afirmou que Coimbra já tinha sido a “*Capital da Saúde em Portugal*”. Os investimentos públicos em pessoas, equipamentos e espaço tinham sido insuficientes. O sector privado tinha colmatado parte daquele problema, mas muito havia que fazer. Seria agora com as tais condições ideais que se iria iniciar a construção da Maternidade e que o “*assunto*” Hospital dos Covões se resolvia? Sabia o que queriam os utentes, o que queria o Executivo, não sabia o que queria o Governo Socialista. Quem trabalhava naquelas unidades de saúde merecia todo o respeito, porque trabalhar sem condições, na incerteza, desmotivava. Sabia que o Partido Socialista de Coimbra estava de acordo com o seu Movimento, quanto: se existir Alta Velocidade terá que passar por Coimbra; Criação de um Campo de Justiça; deslocalizar a Penitenciária para fora da malha urbana. Mas o Partido Socialista queria; “*apenas transferir competências? quer descentralizar? Quer regionalizar?*” *Se queria apenas transferir competências, ter que fazer e acompanhar a importância necessária para a execução plena do Município; ter edifícios equipados, assistentes operacionais, mas se o Ministério da Saúde não contratar técnicos, enfermeiros e médicos... de que adianta?*”. Havia que melhorar e facilitar o papel do Município. *Descentralizar ... “será que agora os Senhores da Lisboa já acharam Coimbra digna para trabalhar e viver? Cabia aos Deputados do Partido Socialista “convencê-los. Regionalizar? Criação da área Metropolitana de Coimbra? Transporte único que unisse os concelhos limítrofes a Coimbra?”*”;
- Terminou afirmando que sabiam o que queria para Coimbra, questionando se poderiam contar com a companhia do Partido Socialista.

Intervenção do deputado municipal Juvenal Sousa (PS): [\(áudio 33:02 a 34:39 minutos - 1ª gravação\)](#)

- Declarou que no dia 30 de Janeiro, o Partido Socialista tinha tido uma grande vitória no País e histórica no Distrito de Coimbra, pintando o concelho de Coimbra com a cor rosa. Aquele resultado eleitoral, não os podia ter deixado mais honrados e orgulhosos, mas conscientes das suas responsabilidades. Honrados pela confiança que os eleitores tinham depositado no Partido Socialista e no seu Secretário-Geral António Costa e também na cabeça de lista Marta Temido, tantas vezes criticada pelo Presidente da Câmara José Manuel Silva. Honrados também pelo reconhecimento dos Conimbricenses, no esforço que o Partido socialista tinha feito nos últimos anos de governação e durante uma pandemia, que ninguém conhecia e sabia combater e que o governo socialista tinha demonstrado estar à altura dos desafios. Estavam também orgulhosos do trabalho que tinham realizados para que o resultado final viesse a ser coroado de êxito. No entanto, viam com preocupação o crescimento da extrema-direita, que tinha de ser combatida permanentemente de forma a não correrem o risco de normalizar retrocessos civilizacionais, como a prisão perpétua ou a possibilidade da castração química, entre outras;
- Concluiu agradecendo aos trabalhadores do Município e das Freguesias a forma como tinham organizado todo o processo eleitoral.

Intervenção do deputado municipal Ricardo Lopes (PSD): [\(áudio 35:40 a 46:00 minutos - 1ª gravação\)](#)

- Rebateu a acusação de “*medida populista*” relativa ao automóvel Audi A8 referindo que “*é o populismo para uma medida que acusam de populista deste Presidente de Câmara*”;
- Analisou as eleições legislativas debruçando-se sobre vencidos e vencedores, lamentando, ainda, o desaparecimento do partido CDS-PP no parlamento;
- Parabenizou o Partido Socialista pela vitória e apelou à responsabilização das suas opções, nomeadamente, quanto ao chumbo da proposta do PSD de transferência do Tribunal Constitucional e Supremo Tribunal Administrativo para Coimbra. Reflectiu “*não há desculpa para com esta maioria absoluta não ajudarem Coimbra a voltar a ser a terceira cidade do país*”;
- Concretizou medidas propagandeadas pelo Partido Socialista, designadamente, aumento de médicos de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

famílias para servir todas as pessoas; a construção da nova maternidade; o eixo de Alta Velocidade ; a conclusão do Sistema de Mobilidade Mondego; a transformação e Coimbra B em estação intermodal; o reforço de equipamentos sociais de apoio à infância ; melhoramento do acesso e qualidade dos cuidados de saúde e protecção social, condições de envelhecimento dignas o Hospital dos Covões ; direito fundamental à habitação erradicando carências habitacionais até 2024 e a criação nacional de uma bolsa em cooperação com a segurança social, parque habitacional público; incentivo ao empreendedorismo e economia social; Capital Europeia da Cultura 2027, modernização de equipamentos culturais públicos , património cultural , alargamento de rede de teatros e cineteatros com apoio à sua dinamização;

- Terminou, no domínio das migrações, dos trajectos migratórios não só com a dinamização do aeroporto que o PS tinha construído em Beja, mas construindo também o aeroporto de Coimbra. Advertiu que, apesar de o Executivo se propor o promovido, existiam muitos intervenientes do governo como a ARS, Infraestruturas de Portugal ou Transportes de Mobilidade.

Intervenção do Presidente da Assembleia:

- Lembrou que os grupos políticos, dentro dos seus limites de tempo, deveriam fazer uma gestão parcimoniosa, contando, nos casos flagrantes, com a tolerância da *Mesa*.

Intervenção do deputado municipal Ramiro Simões (PS): [\(áudio 47:38 a 51:51 minutos - 1ª gravação\)](#)

- Felicitou o Partido Socialista, os seus órgãos concelhios e distritais e o Primeiro-Ministro de Portugal, António Costa, pela maioria absoluta que tinham alcançado nas recentes eleições, demonstrativas de que o povo português sabia avaliar e recompensar o bem que recebia e, dava o mérito aos que lutavam a seu lado por uma vida melhor, mesmo em tempos de pandemia;
- Informou que a estabilização da margem direita do Rio Mondego entre a Ponte de Santa Clara e o Açude da Ponte de Coimbra, com a proposta de compatibilização de trabalhos com a empreitada do Sistema de Mobilidade do Mondego, vinha alterar o panorama e as expectativas dos cidadãos. Recentemente, o Presidente da Câmara tinha dito que o Partido Socialista tinha ignorado durante oito anos aquele problema, afirmando: “*Ficámos estupefactos por recebermos esta bomba atómica*”. Mais disse: “... *se a CM de Coimbra tivesse conversado em devido tempo com a Águas do Centro Litoral, ter-se-ia aproveitado as obras, sem transtorno e sem despesa*”. Ignorava o Presidente da Câmara que a Águas do Mondego, actualmente as Águas de Centro Litoral, S.A, se tinham comprometido por contrato que celebraram com o Município de Coimbra para concessão das infraestruturas de saneamento de que era proprietária, da realização de investimentos contratualizados até à data limite de 31 de Dezembro de 2008, e, entre eles o Intercetor do Polo II - Extensão troço entre a Avenida Urbano Duarte e a Ponte Açude, na zona da empreitadas da estabilização dos muros do Mondego, que não tinham sido executados. E ignorava também que perante tal incumprimento tinha sido o executivo do Partido Socialista aquando da sua chegada à governação autárquica, em 2014, que tinha recorrido a tribunal para que as Águas do Centro Litoral fossem obrigadas a executar aquelas condutas que presentemente diziam que estavam em risco de colapsar. O Presidente da Câmara deveria antes elogiar a determinação e a acção da gestão do Partido Socialista naquela matéria;
- E por outro lado, aquela gestão camarária também vinha suspender as obras adjudicadas pelo valor de 1,6 milhões de euros, da requalificação da Estrada da Beira, da futura Alameda com nome já sugerido de Fernando Valle, com a argumentação de que criava muitos constrangimentos ao trânsito da zona, por a sua execução ocorrer no mesmo calendário, no mesmo período das do MetroBus. As obras trazem sempre incómodos e eram possíveis soluções adequadas que os minimizassem com o desvio do trânsito. Solicitou que reparassem como estava linda a Avenida da Guarda Inglesa e a Avenida Fernão Magalhães na entrada sul. Também na entrada norte da cidade, na zona da Casa do Sal. Como linda iria ficar também aquela entrada da cidade de Coimbra na zona da Solum e do Norton de Matos, a Alameda Fernando Valle;
- Declarou que: “*o PS investe para Valorizar Coimbra! Esta Câmara desinveste, neste caso em prejuízo sobretudo dos moradores da zona da Solum e do Norton de Matos*”;
- Concluiu lembrando que estavam a falar de interesse público que devia ser o indicador de referência de todas as obras. Da leitura no Diário de Coimbra, tinha visto que decidira a Câmara retirar o trânsito automóvel da Av. Aeminium, tornando-a via pedonal e ciclável. Parecia-lhe bem, mas não podia deixar de alertar para o facto de que a supressão da empreitada de estabilização das margens do Mondego, trariam as consequentes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

indenizações ao empreiteiro, pela não conclusão da obra, como inicialmente previsto. Os custos inerentes aquelas novas alterações seriam suportadas integralmente pela Câmara? Era a pergunta que se impunha.

Intervenção do deputado municipal Vitor Parola (PS): [\(áudio 53:00 a 58:10 minutos - 1ª gravação\)](#)

- O que tinha acontecido era que perante o empate técnico entre PS e PSD e a votação elevada nos dois partidos à sua direita, que deixava em aberto a possibilidade real de uma maioria de direita no parlamento integrando a extrema-direita, houvesse um claro rebate de consciência de muitos eleitores dos dois partidos mais à esquerda, que tinham decidido abster-se descontentes com o chumbo do orçamento, e não só, que nos últimos dois, três dias, tinham decidido ir votar no PS para impedir uma maioria de direita de consequências imprevisíveis. Os estados-maiores dos partidos de esquerda deveriam estar agradecidos àquela massa anónima, genuinamente de esquerda, que tinha mostrado mais realismo político do que os directórios. Quanto aos resultados da maioria absoluta, e Coimbra, *“vitória do Partido Socialista no País é inequívoca, no Distrito histórica e no Concelho contundente”*. Deixou um agradecimento ao poder local democrático, pela forma como tinha sido organizado o processo eleitoral, destacando os colaboradores municipais e das juntas de freguesia. O resultado da noite eleitoral do dia 30 de Janeiro, não os podia deixar mais honrados e orgulhosos com toda a humildade democrática. Lembrar, que António Costa, referiu *“...Maioria absoluta, não significa Poder Absoluto...”*. Que aquilo servisse de lição e exemplo para muitos, que na política, pensavam actualmente o contrário. A confiança que os eleitores tinham depositado no Partido Socialista, com destaque natural para o secretário-geral do PS António Costa e para a candidata cabeça de lista no distrito, Marta Temido, deixava-os muito honrados. Assim, deveriam estar gratos a todos os Conimbricenses, deixando-lhes uma mensagem de esperança: *Estaremos cá, como sempre estivemos, para defender a Cidade e a Região, reivindicando sem tréguas, junto de todos os poderes, Locais e Centrais, a defesa dos projectos que necessitamos para fazer crescer a nossa cidade, o nosso concelho, não cedendo, nunca, a arrogâncias ou prepotências”*;
- Terminou afirmando que após as eleições, tinham ganho todos, ganhou Coimbra, mesmo que os caminhos fossem diferentes.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 58:52 da 1ª gravação a 03:05 minutos - 2ª gravação\)](#)

- Mostrou, a par com a CDU, cautela relativamente aos resultados eleitorais de dia 30 de Janeiro, não assinalando, por isso, vencedores ou vencidos;
- Tratou o desinvestimento público na Saúde, colmatado por privados, como exemplo ilustrativo de como as políticas podiam tornar vencedores em vencidos. Concretizou com a defesa promovida por Marta Temido relativamente aos Covões, às Maternidades, aos cuidados de saúde primários e ao investimento na saúde como *“história em que (...) todos somos vencidos”*;
- Referiu que *“Coimbra era adiada”* porque as políticas a adiavam, pelo desinvestimento na indústria e na Universidade, largamente subfinanciada;
- Lembrou que pagavam, anualmente, a renda do parque judicial, *“2 milhões de euros que vão para o lixo”* e rebateu dizendo que não precisavam do Tribunal Constitucional em Coimbra, precisavam, sim, de criar condições para que o parque judicial fosse viabilizado;
- Elencou políticas como a habitação ou cultura, nomeadamente, Coimbra *“Capital da Cultura”*, que implicava um largo investimento;
- Abordou a descentralização para as autarquias, o acordo feito entre o PS e o PSD, expectante para apurar vencedores ou vencidos, dentro de 4 anos.

Intervenção do deputado municipal Luis Silva (PS): [\(áudio 03: a 58:10 minutos - 2ª gravação\)](#)

- Informou que se notava e que realçavam que o *“Somos Coimbra”* e o PSD continuavam empenhados no seu papel de oposição. Agora não era oposição ao Executivo Autárquico, era ao governo nacional. Como tinham decorrido eleições autárquicas em 2021, seria útil que se empenhassem no seu papel;
- Mesmo como fã de Rally, tinha de vir ali dizer o óbvio: Nunca tinha pensado que se agendasse para o mesmo dia, com possibilidade de coincidência de horário e de local dois eventos como a super especial do Rally de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Portugal e a Serenata da Queima das Fitas. Um evento que era conhecido pelo muito barulho que fazia, o outro que dependia do silêncio para sequer se ouvir. Prometia o “*Somos Coimbra*”, na campanha “*uma Câmara que dialogasse e trabalhasse com todas as instituições*”, que iam “*estimular a ligação de proximidade entre empresas, instituições e pessoas*”, queriam até “*Organizar uma agenda cultural única para todo o concelho, em conjunto com as outras instituições culturais âncora da cidade, como é o caso da Universidade*”.

Intervenção do Presidente da Câmara:

- Respondeu ao Deputado Municipal João Malva, mostrando total empenho em regularizar a situação da Baixa de Coimbra, onde existia uma concentração de instituições de cariz social que trabalhavam de forma meritória e integrada para resolver os problemas das pessoas e da Baixa;
- Assumi que não seria líder da oposição, mas pugnaria, junto com a coligação “*Juntos Somos Coimbra*”, pela verdade;
- Esclareceu que a sessão anterior, para debate do Orçamento a ser desenvolvido e com a informação disponível no momento, tinha como objectivo recolher contributos. Não promoveram as reuniões na Câmara que o CpC reivindicava, porque não se apresentaram necessárias. Garantiu que estariam disponíveis para reunir com todos os grupos parlamentares, na Câmara, no próximo Orçamento;
- Reconheceu que o “*Museu de Língua Portuguesa*” não estava no orçamento, no entanto a Candidatura de Coimbra à “*Capital Europeia da Cultura*” estava plasmada no documento e o seu programa incluía o museu. Referido como uma prioridade, avançou que uma das suas possíveis localizações seria um colégio da Rua da Sofia;
- Conceptualizou o projecto “*Passeio da Fama*” que constituía uma forma de reconhecer as figuras distintas do concelho, mas a sua concretização ainda estava indefinida;
- Explicou que a deslocalização de instituições da acção social, vinha no âmbito do debate de ideias, num fórum social, para a recuperação da Baixa de Coimbra, sendo que nenhuma ideia isolada resolveria o problema. Tomou de exemplo a Casa dos Pobres, que deslocada para a Junta de Freguesia de São Martinho do Bispo, tinha instalações e acção social excepcionais;
- Contou que, no próprio dia em reunião de Câmara, tinha sido aprovado um período de debate público de 15 dias em que seriam expostos os objectivos para a Baixa incluindo propostas de restringir a Avenida Aeminium e a beira rio às pessoas;
- Apelou ao Partido Socialista para que, junto do Governo, instasse a que fossem dadas orientações à Infraestruturas de Portugal para ceder ao Município de Coimbra o terreno junto à beira-rio, para que os municípios decidissem o seu destino. Saudou nesse âmbito, a cedência do edifício da Estação Nova cujo propósito teria de ser dialogado com todos os cidadãos;
- Partilhou com o Deputado Municipal Pinheiro de Castro as preocupações quanto ao Aeródromo Bissaya Barreto, mostrando empenho em valorizá-lo;
- Respondeu ao Deputado Municipal Tiago Bolhão afirmando que se tratava de uma questão de princípio um presidente, ao serviço do interesse público, não devia deslocar-se num carro de luxo e confirmou que a venda do Audi, seria usado para comprar dois autocarros usados, em bom estado e avaliados;
- Declarou “*eu estou a pagar para ser Presidente da Câmara (...) estou a perder dinheiro para exercer uma missão de Serviço Público*”, esclarecendo que tinha exercido funções como Bastonário da Ordem dos Médicos no quadro legal e de transparência cuja remuneração resultou de parecer jurídico da própria Ordem aprovado em Conselho Nacional Executivo;
- Explicou que se deslocava diariamente em transporte próprio e que não declarava quilómetros, porque constituiria uma ilegalidade;
- Concordou com o Deputado Paulo Lopes, referindo que Cernache tinha perdido muito com o fim dos contratos dos colégios privados que, controversamente, beneficiavam os jovens mais carenciados;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Identificou-se com as intervenções de Ricardo Lopes e Nunes da Silva, mostrando-se expectante relativamente ao Governo Socialista, nomeadamente, quanto à construção do Palácio da Justiça, à transferência da penitenciária, à deslocação do Tribunal Constitucional e Supremo Tribunal Administrativo, bem como a Agência Nacional para a Cultura Viva e Tecnológica cujo investimento em Lisboa acentuava o centralismo e desequilíbrio;
- Parabenizou o Partido Socialista pelo resultado nas eleições legislativas de 30 de Janeiro e sublinhou que, face à reeleição de Marta Temido, Coimbra se encontrava satisfeita com o governo PS na área da Saúde, pelo que não imputassem responsabilidades à Câmara Municipal;
- Lembrou o Deputado Municipal Ramiro Simões que, no ano transacto, tinham sido perdoados muitos milhões de dívidas das Águas do Centro Litoral, sem o voto favorável da, então, oposição. Afirmou que o acordo do Partido Socialista configurava numa das razões pelas quais tinham sido obrigados a subir a taxa variável dos Resíduos Sólidos Urbanos, no âmbito das Águas de Coimbra. Solicitou a apresentação de alternativas no caso da Estrada da Beira, de forma a ser uma intervenção construtiva;
- Elogiou o Deputado Municipal Manuel Rocha, partilhando da preocupação com os 2 milhões de euros pagos para edifícios ocupados pela justiça em Coimbra. Afirmou que o governo devia construir o novo Palácio da Justiça, ao invés de pagar rendas milionárias a privados;
- Elucidou o Deputado Luís Silva, referindo que apoiavam e financiavam a “*Especial Noturna*”, mas não definiam o calendário internacional de *rally* ou a data das festas académicas marcadas pela universidade. Face à falta de jurisdição em ambos os sectores, procurariam compatibilizar as duas iniciativas;
- Corrigiu a notícia lançada no mesmo dia, esclarecendo que o edifício do CTT não seria utilizado para o Ensino Superior;
- Expôs a “*carta do leitor*” dirigida a si, em órgão de comunicação social local, onde tinha sido questionado qual o critério para o ajuste directo simplificado com consulta apenas de uma entidade para contratação de uma sociedade de advogados: “*se não foi um critério de experiência e qualidade qual foi o critério que esteve na base da decisão de, prejudicando os interesses do município, consultar especificamente aquela empresa?*”
- Respondeu ao solicitado, apresentando um resumo do currículo do coordenador da equipa contratada, Professor Armando Rui Teixeira Santos, garantindo que a Câmara seria beneficiada com a contratação que respondia a critérios de “*indiscutível qualidade e pertinente experiência, a urgência na reestruturação, o baixo custo e a ausência de ligações à Câmara de Coimbra ou de actividade relevante em Coimbra, para que a sua análise fosse objectiva (...) e desprovida de quaisquer influências externas. Queríamos uma decisão tecnicamente correcta*”.

III — PERÍODO DA ORDEM DO DIA

I – Intervenção do Presidente da Câmara:

Intervenção do Presidente da Assembleia:

- Iniciou a Ordem de Trabalhos, assumindo que o Presidente da Câmara cederia a palavra aos Grupos Políticos e interviria no final.

• Grupos Políticos

Intervenção do deputado municipal João Malva (CpC): [\(áudio 39:27 a 42:35 minutos - 2ª gravação\)](#)

- Dirigiu-se ao Presidente da Câmara Municipal declarando que nos últimos dias, as redes sociais tinham sido inundadas com publicações e comentários sobre a venda do veículo de luxo do anterior executivo, abusivamente designado como veículo do Dr Machado e da governação socialista. Parecia que a venda do automóvel tinha apurado pouco mais de 40 mil euros. Percebiam que o Executivo estava apostado em reduzir os excessos atribuídos ao seu antecessor. No entanto, também tinham percebido que os dias de tal mudança ainda não estavam próximos. Se aparentemente a venda do automóvel tinha resultado num bom negócio para quem o tinha comprado, tinha resultado por consequência num mau negócio para quem o tinha vendido. A Câmara tinha perdido dinheiro com aquela venda. Por outro lado, pelo que tinha sido possível verificar, a rubrica relativa a aluguer operacional de veículos tinha passado de cerca de meio milhão de euros em 2021



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

para 1 milhão de euros anual, para os próximos anos. O Presidente tinha encaixado nos cofres 40 mil euros, mas tinha aumentado os custos em meio milhão de euros por ano, pelo menos para os próximos cinco anos.

- Mais disse que tinham verificado, com gosto, que ia avançar com o plano de digitalização da Câmara, que lançava um plano com potencial para o ambiente e alterações climáticas e um plano robusto para a saúde no Município. A propósito gostariam de deixar duas propostas: “1-Que o plano do ambiente e da saúde tenha respaldo em toda a CIM; 2-Que não apresente o Observatório Municipal da Saúde com a matriz do século XX... já agora, vamos melhorar o conceito para o século XXI e apostar na prevenção e na integração de cuidados”. Sugeriam que o Observatório desse foque na vida saudável e no envelhecimento activo e participativo. Questionou se o Presidente da Câmara considerava possível ou desejável aquela alteração de enquadramento do “Observatório Municipal da Saúde”? Num terreno urbano rodeado de prédios de habitação, uma Escola e uma Creche, acumulavam-se viaturas apreendidas pela PSP, a céu aberto e expostas às intempéries, sem qualquer preparação nem fiscalização ambiental, sendo fonte de óleos e outras escorrências de motores, tóxicos e carcinogénicos, com elevada probabilidade de contaminar águas e solos;
- Terminou sugerindo que o Presidente da Câmara dialogasse com a PSP, o Ministério da Administração Interna e a Direção do Património de Estado com vista a encontrar uma localização alternativa, por permuta com um terreno da Câmara, já existente ou a adquirir, devidamente preparado para essa finalidade. Aquilo permitiria utilizar o terreno da Rua Ernesto Sena de Oliveira para instalar um equipamento comunitário, que servisse a Escola, a creche e a comunidade.

Intervenção do deputado municipal Jorge Almeida (CDS): [\(áudio 43:26 a 47:07 minutos - 2ª gravação\)](#)

- Declarou que os recentes resultados eleitorais tinham revelado um país que tinha confiado no Partido Socialista a quem dava os parabéns pela vitória clara e assinalável pela sua expressão. Os próximos tempos colocariam à prova o Partido Socialista e a sua capacidade para colocar o país na rota da convergência económica com a Europa, que infelizmente tardava, e assim enfrentar os desafios provocados pela Covid-19, através do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Não seria tarefa fácil, dada a encruzilhada de em simultâneo: “reformatar o país, torná-lo mais competitivo, aumentar a produtividade, desagrar a carga fiscal e avançar para um novo modelo de desenvolvimento económico e social que não seja assente apenas em baixos salários e impostos altos”. Se por um lado tinham a garantia sólida dos apoios financeiros da União Europeia, receava-se se chegariam efectivamente a tempo e se a letargia do costume, do governo Partido Socialista, na reacção aos eventos adversos não se propagaria aos mecanismos europeus de apoio financeiro já referidos. A questão do tempo tinha passado a ser primordial. Havia que agilizar a organização e disponibilização dos fundos e não augurar nada de bom se os mesmos fossem absorvidos quase exclusivamente na esfera do sector público, pouco ou nada deixando ao sector privado que era a alavanca essencial para a criação de riqueza e emprego. O surgimento da pandemia tinha interrompido todas as reformas que estavam projectadas pela União Europeia, nomeadamente a competitividade da economia e a reorganização dos fundos estruturais, abrindo a porta a algum laxismo financeiro, perfeitamente compreensível face à incerteza económica dos tempos que se viviam. O impacto económico da pandemia tinha sido inicialmente subestimado. Se por um lado as respostas financeiras eram substanciais no PRR, o que tranquilizava o governo e os cidadãos, por outro lado criava a angústia da demora na resposta. Havia um país “dos outros”, das empresas que sentiam uma quebra brutal de facturação, dos empresários que desesperavam, dos profissionais liberais que tinham perdido os rendimentos e estavam sem trabalho, ou de muitos e muitos portugueses que tinham visto de repente a sua vida virada do avesso com uma diminuição de rendimentos sem precedentes. Eram aqueles portugueses que estavam sem apoios, esquecidos e já quase à beira do precipício, que constituíam “os outros”. No caso de Coimbra, esperava-se que o Partido Socialista cumprisse as promessas eleitorais e não obstante o desaire eleitoral sofrido pelo CDS-PP, todos podiam contar com os autarcas do CDS-PP em todo o país;
- No que dizia respeito ao Orçamento do Estado para 2022, caso versão a fosse reprovada no parlamento, era insuficiente, inadequado e em contraciclo europeu, dado não conter medidas de emergência de relançamento da economia, ao contrário de muitos países europeus que tinham criado mecanismos de apoio à manutenção dos postos de trabalho e ao investimento, Portugal ficava muito mal no ranking dos países europeus que mais despendiam a combater os efeitos da crise económica provocada pela pandemia. Em tempos económica e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

socialmente conturbados, aquele OE não era adequado à situação que viviam. Exigia-se um Orçamento de “guerra”, adaptado às circunstâncias excepcionais do momento e que acima de tudo trouxesse esperança;

- Concluiu afirmando que a resposta atempada à disponibilização dos fundos e correcta utilização dos mesmos seria uma importante prioridade política nacional, para a qual o governo não teria desculpas daquela vez, dado ser portador de um mandato assente numa maioria absoluta. O futuro governo Partido Socialista tinha, pois, objectivamente condições únicas para governar.

Intervenção da deputada municipal Lara Martins (NC): [\(áudio 47:51 a 50:27 minutos - 2ª gravação\)](#)

- Informou que tinham sido precisos apenas alguns meses para que os cidadãos e cidadãs conimbricenses tivessem acesso a uma plataforma online de serviços da Câmara, na consulta de processos de urbanismo, que evitava perdas de tempo e deslocações desnecessárias. Aquele era um sinal inequívoco de que o Município de Coimbra seria mais acessível para todos aqueles que necessitavam de interagir com os serviços de urbanismo da cidade. Mudar Coimbra era “pedra de toque” e daquilo era exemplo a reunião entre o Presidente da Câmara e os comerciantes da baixa. Através do diálogo e da troca de ideias era sempre possível arranjar soluções que tornassem a baixa, um local aprazível e seguro, olhando para os seus edifícios icónicos, como o Café de Santa Cruz e reconhecer-lhes a sua importância história e cultural e até mesmo revertendo a favor do município imóveis que haviam sido cedidos a terceiros, como era o caso da Manutenção Militar;
- Promover atividades de elevada qualidade pedagógica na “Mata Nacional do Choupal” às crianças em conjunto com o CASPAE, apoiar o “Exploratório de Coimbra” na criação da primeira “Escola Ciência Viva” vocacionada para a educação pré-escolar ou desafiar o Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra para a elaboração do projeto de requalificação da Escola José Falcão era mudar Coimbra;
- Relativamente ao orçamento e as GOP’s que iriam votar de seguida disse que eram de valor superior a 167 milhões de euros para 2022 e o orçamento e GOP’s dos SMTUC era de 26,6 milhões de euros, documentos que já apresentavam um olhar diferente para as necessidades e primazias do Município, mas estavam certos de que os orçamentos e GOP’s dos próximos anos seriam as ferramentas essenciais para continuarem a mudar Coimbra;
- Finalmente ressaltou a escolha do nome de “Judite Mendes de Abreu” para uma sala dos Paços de Conselho. Acto simbólico de homenagem à primeira, e até ao momento única, mulher que tinha ocupado o cargo de Presidente da Câmara Municipal (1976). Nunca era demais enaltecer o papel das mulheres na vida pública e política e lembrar a todas as meninas, raparigas e mulheres que todas podiam ser aquilo que ambicionavam e sonhavam e também aquilo era mudar Coimbra.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 51:12 a 56:33 minutos - 2ª gravação\)](#)

- Referiu que ainda era precoce a análise das repercussões das eleições legislativas na realidade autárquica. Acrescentando que, no imediato, estavam perante a descentralização que significava despesa e incerteza de retorno;
- Alertou que as campanhas eleitorais constituíam palcos de mistificação e censura e as sondagens, por sua vez, poderosos orientadores dos votos dos cidadãos. Elencou a ferrovia, o direito à habitação, os trabalhadores precários da Cultura, as escolas sem professores e o ensino superior subfinanciado, a perda do Hospital dos Covões, a gentrificação da Baixa, a concentração de capital e poder nos grandes grupos empresariais, à emigração da mais bem qualificada geração;
- Partilhou da esperança da CDU na democracia e na promoção da ciência com a valorização do trabalho científico; da cultura com infraestruturas e alterações do sistema de subsídio periódico, avença e precariedade; do ambiente com intervenção e respectivos fundos; da economia encarando o trabalho como alavanca de desenvolvimento, do ensino sem subfinanciamento, do turismo com política de acesso ao conhecimento da região. Assumiu descrédito na descentralização e na máxima “fazer mais com menos”;
- Referiu o estudo urbanístico da frente ribeirinha entre pontes, abordando, desde logo, ideias para a intervenção numa área de grande relevância, nomeadamente, a rede ferroviária e uma marginal diversificada de moradores e comerciantes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do deputado municipal Ricardo Lopes (PSD): [\(áudio 57:00 da 2ª gravação a 01:58 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Aludiu ao trabalho do primeiro trimestre do Mandato e ao relatório de actividades da Câmara que, relativo a um só mês, constituía prova disso;
- Exemplificou, de entre as 112 medidas constantes no programa eleitoral a *Acção 14 dar resposta rápida aos processos urbanísticos*: dos quais 1200 já tinham sido tratados e, por isso, constatada uma nova celeridade na resposta rápida. Prosseguiu com a *Acção 15- praticar uma comunicação transparente e participada*: elencando, para o efeito, as transmissões das reuniões online e em directo, bem como a plataforma de serviços online; a *Acção 43- transformar o Conselho Municipal de Cultura num Órgão realmente funcionante*: recordou, nesse âmbito, a alteração de funcionamento do órgão com alteração do seu regulamento interno e, conseqüente, elevação a parlamento da cultura de Coimbra e um presidente eleito inter pares; *Acção 90 - promover grandes iniciativas desportiva, mobilizadoras, apoiando clube*: destacou iniciativas que já tinham acontecido, que estavam confirmadas e anunciadas pelo Vereador Carlos Lopes que, por sua vez, se encontrava a trabalhar em muitas outras; *Acção 95 exigir a rápida concretização, em Coimbra, da nova maternidade*: referiu que nos primeiros dias de mandato o Executivo tinha reunido com o Conselho de Administração dos HUC e tinha assumido que não seria por obstar a quaisquer 700 m de diferença que a Câmara Municipal de Coimbra faria tardar a sua construção até 2026;
- Sublinhou que as medidas não se esgotariam nas 112 acções promovidas, divulgando que a Câmara Municipal de Coimbra tinha submetido mais candidaturas à Comunidade Intermunicipal de Coimbra na área ambiental em 3 meses do que nos 8 anos anteriores.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 02:36 a 16:01 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Desejou rápidas melhores ao Deputado Municipal Manuel Rocha. Saudou e parabenizou a Selecção Nacional de Futsal pela sua conquista e também o Conimbricense, André Sousa guarda-redes daquela Selecção;
- Dirigiu-se ao Presidente da Câmara declarando que os resultados eleitorais de 30 de Janeiro de 2022, decerto tinham-no feito "*corar*", daí a extensa e desajeitada intervenção com que tinha respondido à oposição. Tinha feito ali ao seu autoelogio. Tinha-lhe faltado humildade! Também tinha trazido ali um extenso curriculum a propósito de um artigo jornalístico. Tinha dito em entrevista na comunicação social que ia insistir, como insistiu, junto dos munícipes de Coimbra para que penalizassem os partidos que a propósito de uma votação na Assembleia da República, não tinham permitido a transferência para Coimbra do Tribunal Constitucional, apesar do voto favorável dos deputados do PS eleitos pelo círculo de Coimbra. Claro que todos queriam e pugnavam pelo Tribunal Constitucional em Coimbra. Os eleitores conimbricenses não lhe tinham feito a vontade, e tinham votado maciçamente no Partido Socialista, dando-lhe a maioria absoluta na Assembleia da República. Mais ainda, os partidos de coligação com a qual se tinha feito eger e que orgulhosamente tinha chamado a maioria de sempre, tinham tido menos cerca de 7.000 votos, do que nas autarquias e o Partido Socialista, tinha tido mais de 13.000 votos do que naquele mesmo acto eleitoral. Aquele tinha sido o resultado do empenho do Presidente da Câmara de Coimbra ao se ter envolvido directamente na campanha do Líder do PSD, Dr. Rui Rio, fomentando reuniões inconsequentes com os comerciantes na Baixa de Coimbra, efectuando conferências de imprensa para anunciar o apoucado programa de festas natalícias, repetidas entrevistas nos órgãos de comunicação social da cidade, reuniões com os Presidentes dos Conselhos de Administração das Águas de Coimbra e também dos SMTUC, agora mais conhecido pela voz da Presidente do Conselho de Administração, como um "*império de sucata*". Muita propaganda, muitas insinuações e meias-verdades, muita "*parra e pouca uva*". Declarações públicas muitas das vezes mascarradas sob a capa de uma pertença boa administração, a sua e da Administradora dos SMTUC e do ataque político para fins políticos, mas que era impregnada de excessos atentórios da reputação profissional de quem honradamente tinha trabalhado e servido de forma séria Coimbra, para a Valorizar;
- Dirigindo-se ao Presidente e à Vereador a Ana Bastos, citou o Professor Universitário, Doutor José Faria Costa, "*Qualquer aprendiz da maledicência e muito particularmente o senso comum sabem que a insinuação, as meias-verdades, a suspeita, o inconclusivo são a maneira mais conseguida de ofender quem quer que seja*"; O seu desenfreado populismo ofendia o brio e competência profissional dos seus antecessores. O resultado eleitoral de Janeiro de 2022 era também o resultado do todo aquele populismo e das declarações demagógicas e de ingratidão, que qualquer cidadão atento, facilmente se apercebia e que seguramente por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- aquilo tinha reprovado. Quem afinal tinha sido penalizado no acto eleitoral de Janeiro tinha sido o Presidente da Câmara de Coimbra e não o Partido Socialista, ao contrário do que o Dr. José Manuel Silva queria. Uma Coligação que se tinha sustentado para a sua eleição em Coimbra no Partido Aliança que lhe tinha valido 95 votos, no Partido Volt Portugal, que lhe tinha valido 102 votos, no Partido RIR, que lhe tinha valido 165 votos e particularmente no Partido NOS Cidadãos cuja insignificância e expressão eleitoral o levou à desistência das urnas, não podia ter por finalidade e objectivo sério, o bem colectivo dos conimbricenses e do seu concelho e antes e tão só o projecto de um grupo de cidadãos que se intitulava de “*Somos Coimbra*”;
- Compreendiam bem a ausência naquela Assembleia de prestigiadas personalidades, de grande estatura política, cívica e intelectual e que tanta falta ali faziam à democracia, como era o caso da Dr^a Filomena Girão, Líder da bancada, do “*Movimento Somos Coimbra*”;
 - O Partido Socialista com a sua maioria absoluta e a legitimidade que decorria dos mais de 13.000 votos que tinha obtido no concelho relativamente ao acto eleitoral que o tinha elegido em 28 de Setembro de 2021 queria, com toda a humildade declarar de viva-voz ao Executivo Camarário que o queria ajudar para valorizar Coimbra. Mas o Partido Socialista tinha de lhe dizer frontalmente, que não continuasse a iludir os conimbricenses com o populismo e a demagogia que o vinha caracterizando. Era dever de qualquer cidadão falar toda a verdade e não apenas a meia-verdade; O Partido Socialista não tolerava, nem aceitava, que dissesse como se tinha dito, porque era mentira, em entrevista ao Diário das Beiras de 6 de Outubro passado que “*Não se vivia democracia na Câmara Municipal*”. Como podia vir dizer, como disse, em entrevista ao Diário de Coimbra de 26 de Novembro último que “*Agora tudo está mais claro, mais rápido e mais transparente*”? O Partido Socialista não tolerava, nem aceitava, o tom impositivo que dirigia ao Primeiro-Ministro de que ele “*tem três semanas a partir de agora para isto, para aquilo ou seja para o que for*”. O Partido Socialista não tolerava, nem aceitava, o tom ameaçador quando afirmava que se o Primeiro-Ministro “*não cumprir a sua palavra, irá enfrentar a pessoa mais persistente e resiliente que alguma vez encontrou na vida até tomar a decisão*”; não tolerava, nem aceitava, que viesse dizer que “*lamenta a situação financeira da Câmara*” quando ela era invejável e revelava um rigor nunca antes visto;
 - Questionou o Presidente se pretendia antes que a Câmara estivesse endividada e sem capacidade para pagar atempadamente aos seus fornecedores e quiçá aos seus trabalhadores. Como podia a Administradora dos SMTUC tratar a sua frota como de um “*império de sucata se tratasse*”, e vir dizer que “*têm 46 autocarros parados nas oficinas?*” Se os tinha era pela incapacidade que tinha revelado, pela sua inexperiência profissional e operacional no terreno, não provendo pela sua adequação e manutenção. Aquilo nunca tinha acontecido com a administração anterior que tinha estado à altura das circunstâncias. E a Vereadora Ana Bastos desmentia-se a si própria, lembrando-lhe o que tinha dito na reunião de Câmara de 29 de Outubro de 2019, estava então na oposição: “*...não podemos deixar de reconhecer a modernização da frota de autocarros, embora ainda de forma muito limitada, aumentando a representatividade da mobilidade eléctrica, a qual, apesar das incógnitas no que concerne à sua verdadeira eficiência ambiental não deixa de ser uma clara mais-valia...*”. Os autocarros tinham sido todos aprovados pelo IMTT. O Partido Socialista não aceitava aquelas ridículas insinuações políticas de que tinha sido pródiga naquela actuação autárquica. Como tinha dito o Presidente na sua entrevista ao Diário de Coimbra de 30 de Setembro de 2021 que “*não tolera pessoas que não cumpram a sua palavra*”. Deveria ficar a saber o Presidente, que também os cidadãos de Coimbra não lhe iriam tolerar que não cumprisse com a sua palavra. Nomeadamente no que dizia respeito: do Plano Marshall para a Baixa onde não se via nada, senão o resultado do encorajamento, do facilitismo que fazia do tratamento das questões de interesse público: a insegurança e a intranquilidade tinham aumentado. Dizia o Presidente, com o conhecimento que tinha tido dos resultados eleitorais que “*os extremismos e os populismos, são combatidos com ações que respondam às necessidades e expectativas das populações*”;
 - Perguntou ao Presidente da Câmara quando prestava informação aos munícipes sobre a multinacional da área tecnológica, onde tinha dito num jantar-debate da Associação Cristã de Empresários e Gestores em 4 de Novembro último, que queria instalar-se a curto prazo em Coimbra, com uma solução rápida, para funcionar com 30 a 40 colaboradores? Onde estava a publicação da lista de bens imóveis de que a Câmara era proprietária que tinha anunciado naquele jantar aos empresários presentes na expectativa que surgissem ideias para aqueles espaços? Então não era que a Câmara e aquela Assembleia Municipal tinham aprovado a aquisição de um imóvel na Rua Visconde da Luz, o qual deitava para a renovada Praça do Comércio para ali instalar serviços municipais e com isso atrair população e animação à Baixa e, o que lhes tinham vindo a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

dizer era que pretendia vender o imóvel para outra finalidade que ainda não tinha revelado? Naquela Assembleia sempre se tinha falado sem complexos, nem tibiezas sobre os verdadeiros problemas da governação de Coimbra. Aquela Assembleia tinha sido sempre um espaço de liberdade, mais que um espaço de autoridade ou poder e não podia ser, nem era, um espaço de medo ou de cultura doentia do poder que propiciasse o medo;

- Terminou afirmando que o Partido Socialista estava, com humildade e com a maioria absoluta dos votos para a governação do país, para ajudar a Valorizar Coimbra junto do Governo Central se tal se mostrasse necessário;

Intervenção do deputado municipal Paulo Lopes (PSD): [\(áudio 16:36 a 17:20 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Claramente verificavam que havia uma diferença de visão daqueles que tinham sido os resultados eleitorais, porque reparavam que a bancada do Partido Socialista referia que havia um castigo àquele Executivo Municipal. Ao verem o que era o PSD, a resposta nas eleições autárquicas tinha sido clara. Era necessária uma mudança governativa na cidade de Coimbra, para melhor do que aquilo que tinha sido feito nos últimos 8 anos;
- Finalmente começavam a ver capacidade de mudar a cidade e, o resultado legislativo, nada tinha a ver com o bom trabalho que o actual Executivo vinha fazendo.

Intervenção do Presidente da Câmara:

- Respondeu à questão concreta do Deputado Municipal João Malva esclarecendo que o aumento da despesa do aluguer se prendia com veículos operacionais resultantes do concurso para 10 veículos de recolha de resíduos sólidos urbanos, aumento de veículos técnicos verificado no final do ano transacto.
- Justificou que tinham contratado um profissional de Lisboa para a reestruturação, como o PS tinha feito e cujo contrato se mantinha com uma redução no valor da avença, para garantir a isenção relativamente a Coimbra e ao funcionamento da Câmara;
- Advertiu que a Câmara, apesar das contas equilibradas tinha 40 milhões de dívidas e 17 milhões de capacidade de investimento, pelo que tinha dívidas controladas e apresentava uma limitação a nível de investimento;
- Recomendou ao Partido Socialista que se reservasse a comentários sobre os SMTUC. Referiu que os 5 autocarros eléctricos estavam parados. Fornecidos pela empresa BYD, não tinham sido oficialmente recepcionados enquanto não fosse apresentada uma solução, por parte da empresa fornecedora, para o facto de, em incumprimento legal, o pneu traseiro extravasar a carroçaria. Informou que a recepção dos autocarros incorreria os SMTUC no chumbo das inspecções periódicas, na aplicação de coimas e eventual apreensão. Alertou que a desconformidade dos autocarros poderia resultar em coimas elevadas e que a BYD já tinha assumido o problema e tomaria medidas correctivas. Acrescentou que estava em hipótese incluir a desconformidade, para o imediato, colmatada com abas de borracha nas actas de recepção provisional de forma a garantir a normal circulação das viaturas e ainda a desresponsabilização dos SMTUC de quaisquer multas ou custos de imobilização.

Intervenção do Presidente da Assembleia:

- Sublinhou que, face ao encerramento de um grande ciclo de eleições, não existiam, verdadeiramente, vencedores ou vencidos, nascia um novo momento “*agora não se trata de discutir, de analisar. Trata-se de contruir*”;
- Apelou ao bom senso nas análises e trabalhos da Assembleia, fixando a ideia de que era premente construir uma nova cidade com gestão PSD e um novo país com governo PS;
- Anunciou que os dois próximos *Pontos*, dispõem de 75 minutos, em discussão conjunta.

Defesa da honra do deputado Municipal Nunes da Silva: [\(áudio 33:57 a 34:33 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Dirigiu-se ao Deputado Municipal Ferreira da Silva comunicando-lhe “*não é o senhor que decide quem integra as listas do Somos Coimbra nem qual a sua posição (...) revela pouca democracia. Não sei com que intuito é que continua a mencionar determinadas pessoas (...) é bom que lide com as pessoas que aqui estão.*”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção Deputado Municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 34:47 a 34:50 minutos - 3ª gravação\)](#)

→ Esclareceu que se referia a uma “*pessoa da cidade*”.

2. Grandes Opções do Planos e Orçamento para 2022 da Câmara Municipal de Coimbra;

- **Autorização para celebração de Contratos de Delegação de Competências Municipais entre a Câmara Municipal e as Uniãos e Juntas de Freguesia;**
- **Regulamento Interno de Fundos de Maneio;**
- **Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA);**
- **Mapa de Pessoal para 2022;**

1. Grandes Opções do Planos e Orçamento para 2022 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra;

- **Mapa de Pessoal para 2022;**

Intervenção do Presidente da Assembleia:

→ Interpelou o Presidente da Câmara sobre uso da palavra para qualquer esclarecimento adicional e, face à sua escusa, cedeu a palavra a Graça Simões.

Intervenção da deputada municipal Graça Simões (CpC): [\(áudio 35:48 a 44:37 minutos - 3ª gravação\)](#)

→ Advertiu para o facto de, perante a extensão dos documentos previsionais analisados, o CpC ter uma intervenção pouco expressiva de 5 minutos, pelo que apelou à urgência na revisão do Regimento;

→ Informou que sobre aquele Orçamento e GOP, na designada “*Visão Estratégica*”, não conseguiram vislumbrar estratégia, mas apenas intenções genéricas. Compreendiam que era um orçamento de transição, mas aquilo não impedia que naquela introdução fossem clarificados os caminhos, com opções concretas de futuro, nem impedia que fossem consideradas as propostas do CpC, todas concretas e implicando pouco investimento naquele primeiro ano do Executivo. Sugeriu que fossem então tomados alguns exemplos: *Cultura* - Mantinha-se a inscrição do “*Centro Cívico do Planalto*” e o empurrar da construção para anos seguintes. Temiam que os 620 euros e a referência a um “*concurso de ideias*” indicassem um apoucamento do projecto que podia ser um excelente instrumento estratégico para criar coesão social através da cultura. Era preciso que ali nascesse um polo de cultura de toda a cidade e não um mero equipamento de bairro. O que era preciso era abrir concurso e dialogar com os agentes culturais sobre o seu processo de dinamização e gestão. Sobre o “*Centro Cultural da Relvinha*”, faltava o projecto para concretizar o estudo prévio existente, mas nem os 10 euros definidos, nem os 10.000 euros indefinidos lhes permitiam pensar que se tratava de uma proposta real e séria. Tinham feito a proposta concreta de aquisição da “*Casa Jaime Cortesão*” em S. João do Campo, porque Coimbra não era só a cidade, porque aquele património estava em risco, porque podia ser uma excelente ponte entre passado e futuro, porque um polo do “*Museu da Língua Portuguesa*” e a ponte com o Brasil, como era proposto no programa a Capital da Cultura, ali se podia projectar com toda a significação explícita. Nada constava naquele orçamento, embora pudessem perguntar se os 150.000 euros previstos para compra de “*outros edifícios*” poderiam cobrir aquela proposta. Finalmente, naquele campo da cultura, propôs que puxassem pela educação, porque era daquele conluio que dependia toda a adjetivação magnífica para Coimbra, que encontravam nos discursos do Presidente da Câmara. Nada tinham encontrado de novo, de simples indicador de investimento e de aposta estratégica, como por exemplo e como tinham proposto, no abraçar da parceria com o “*Plano Nacional das Artes*” ou no lançamento de uma linha de acção concreta de trabalho com as escolas no âmbito da candidatura a “*Capital Europeia da Cultura*”; *Ambiente e espaços verdes* - Continuavam a não ver qualquer “*Plano de Arborização*” que lhes desse conta da dita estratégia que, além de permitir aos cidadãos compreender e opinar sobre a justeza dos investimentos, apontasse para uma participação das comunidades na gestão dos espaços públicos. Para o CpC era a única forma que fazia sentido, promovendo simultaneamente a boa gestão dos recursos e o desenvolvimento da consciência e da responsabilidade cidadã. Continuavam a ver que a maior fatia ia para a “*contratação especializada*”, a tal que fornecia as árvores a preços elevadíssimos, como lhes sido informado pelo Presidente na última Assembleia, e perguntavam por que não se investia exemplarmente no “*Horto Municipal*” e numa equipa “*especializada*” municipal. Não aceitavam que o loby do negócio absorvesse os recursos que podiam ser canalizados directamente para a causa pública. Tinham ainda o caso de “*Rebolim-Portela*” e o imperativo de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

sasar a ferida ambiental que ali tinha sido deixada. A recuperação da vegetação ripícola deveria estar a decorrer com urgência, a par com o planeamento sobre o aproveitamento do espaço que tinha ficado de novo abandonado e a recuperar de infestantes. Propuseram um concurso de ideias, que chamasse e valorizasse a participação dos cidadãos na definição do destino público a dar àquela área de excelência; *Socorro Animal* - A forma como um município assumia a sua responsabilidade para com os animais era um bom indicador cultural. No Município de Coimbra, havia anos que nada mais se fazia do que cumprir ao mínimo com as exigências legais. Percebiam que havia aspectos de gestão do serviço veterinário a necessitar de uma estratégia e de uma ação determinada, que passaria também pelo reforço de recursos humanos. Mas o que o CpC propunha não implicava grandes investimentos, apenas uma grande vontade – *a criação de um serviço de resgate e socorro animal, alojado nos recursos, competências de base e alguma experiência dos Bombeiros Municipais*. Bastaria alguma formação especializada e uma gestão de recursos que garantisse que a qualquer hora haveria quem socorresse e encaminhasse os animais, estabelecidas as devidas parcerias com hospitais veterinários e a devida articulação com o Canil-Gatil; *Via estruturante Santa-Clara – S. Martinho do Bispo* - Estava prevista no PDM e há anos que o CpC alertava para a necessidade da sua concretização, valorizando e integrando melhor a margem esquerda na malha urbana, incluindo o Hospital dos Covões. A má acessibilidade era um dos argumentos técnicos para a não construção ali da Maternidade. Tinham perdido aquela oportunidade, mas não tinham diminuído as necessidades de servir melhor as populações e o mesmo Hospital que continuava à espera do seu lugar digno na rede de saúde local; *Saúde* - Todos se congratulavam com o “*Plano Municipal de Saúde*” ali apresentado: um verdadeiro plano estratégico, com ações claras, metas, etc. Viam-no vertido para as GOP, mas com o financiamento definido fictício de 10 euros por ação. Um último apelo em relação às GOP e Orçamento – *se queriam que fosse um instrumento de boa gestão e transparência, limpassem-se as rubricas todas de 10 euros e que se assumissem as verdadeiras opções, para não os confundir e fazer perder tempo;*

→ Observou que relativamente aos SMTUC, louvavam o facto de finalmente se reconhecer o que o CpC vinha a alertar ano após ano – *a sua situação crítica e a necessidade de uma estratégia para salvar aquele serviço público*. Propôs que se salvassem, os SMTUC, mas preparando-se já o futuro, preparando-se aquilo que era vital que era uma grande recuperação da procura. Designadamente, através de: *Imediata correção de medidas erradas facilitadoras do uso do automóvel privado em zonas em que o transporte colectivo devia ser prioritário (Rua Miguel Torga, Rua Gen. Humberto Delgado); Parques periféricos de contenção do automóvel; Aquisição de terrenos e construção dos parques, cuja entrada em funcionamento deveria ocorrer com urgência; Reconfiguração das linhas, tendo em conta os pontos de rebatimento com o MetroBus e a libertação de meios que aquele permitiria em áreas centrais por ele servidas, alargando a rede a todo o território e apostando em soluções inovadoras como a da Linha E - Linha G; a presença dos SMTUC e outros operadores rodoviários na Gare Intermodal junto à nova estação ferroviária.*

Intervenção da deputada municipal Lúcia Ferraz (NC): [\(áudio 45:16 a 53:00 minutos - 3ª gravação\)](#)

→ A discussão e votação do Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano era, possivelmente, um dos momentos da maior importância nas atribuições da Assembleia Municipal. Tratava-se do documento que estabelecia a orientação estratégica da política de desenvolvimento económico e social para o Município. Era, portanto, com rigor e com justiça que deviam olhar para aquele documento. E diria que o que o definia, no essencial, era o sentido de responsabilidade na gestão da “*coisa*” pública. Quando tinha tomado posse, já o documento estava em curso, iniciado em Agosto pelo anterior executivo, com orientações e prazos já definidos. O tempo para a sua conclusão tinha sido naturalmente muito curto, e coincidente com a necessidade constituir equipas, proceder à delegação de competências e, claro, tomar conhecimento e verdadeira consciência do funcionamento, da dinâmica, do pessoal e da situação financeira da Câmara, nem sempre convergente com as expectativas. Para aquele primeiro ano de mandato, outra coisa não se exigia que não fosse uma transição tranquila e responsável. Era aquele, o orçamento e as grandes opções do Plano que gostariam de aprovar? Provavelmente gostariam de ser mais ambiciosos. Mas como tinha referido no início, a responsabilidade e o rigor na gestão do dinheiro público levava-os a apresentar aquele documento política e eticamente responsável no momento. Os montantes mais substanciais do Orçamento e grande parte das medidas projetadas para 2022 decorriam de compromissos já assumidos e não cumpridos pelo anterior Executivo - 25,3 milhões de euros relativos a 2021 – e, de compromissos já assumidos para 2022 no montante



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- de 40,3 milhões de euros, totalizando assim 65,6 milhões de euros, compromissos aqueles que a Câmara iria honrar com competência e rigor, não perdendo nunca o foco daquilo que era a estratégia com que se apresentaram a eleições, e cujo trilho ficaria bem marcado até ao final daquela legislatura autárquica;
- Por todas aquelas contingências, aquele orçamento não refletia ainda a verdadeira mudança que queriam para Coimbra, mas deixava já bem visível a sua essência, acomodando alguns compromissos que tinham assumido;
 - As diferenças no estilo de governação eram notórias e valorizadas pela população. A transparência, a abertura ao diálogo com quem procurava os serviços da Câmara, a implementação do processo de digitalização e despacho digital dos processos, a resolução de mais de um milhar de processos em atraso na área do urbanismo, ou ainda o lançamento da plataforma de consulta online de processos por parte dos municípios eram apenas alguns dos exemplos daquela nova forma de governar. O foco, e grande objetivo, a concretizar ao longo do mandato era a definição e lançamento de projectos verdadeiramente transformadores para Coimbra, que pudessem atrair investimento de grande envergadura para o Município, que criassem emprego, que fixassem os jovens qualificados, e que, em suma, projetassem Coimbra para uma posição de liderança nacional nas áreas da Inovação, do Conhecimento da Cultura. Os novos projetos anunciados pelo Executivo eram já uma porta de entrada para a revolução tranquila que queriam, e essenciais para a apresentação de novas candidaturas a financiamento. A reabilitação e valorização das margens do Rio Mondego, o Mosteiro de Santa Clara, a Baixa da Cidade ou das escolas José Falcão e Eugénio de Castro. Pelo potencial transformador do concelho, a candidatura de Coimbra a “*Capital Europeia da Cultura 2027*” era outra das prioridades do Executivo, projecto que via o seu orçamento duplicado já naquele orçamento, ainda claramente insuficiente, mas que demonstrava já a importância que aquele Executivo atribuía à cultura enquanto alavanca para o desenvolvimento e projecção de Coimbra para o mundo;
 - No que dizia respeito ao orçamento e GOP dos SMTUC para 2022, disse que não podiam alhear-se da grave situação financeira em que o Executivo tinha encontrado aquela empresa municipal, cuja decadência se tinha acentuado em consequência da pandemia. Apesar do escasso orçamento e da grave situação financeira em que se encontrava, aquele orçamento e GOP's demonstravam claramente a grande aposta em fazer renascer os SMTUC, pela imperiosa necessidade de promover o uso massivo do transporte público, ao mesmo tempo que se adoptavam medidas dissuasoras ao uso do veículo individual. A questão da mobilidade urbana surgia como o grande desafio às políticas ambientais e urbanas, e a aposta nos SMTUC decorria justamente daquele princípio. O orçamento para 2022, com +2,8 milhões de euros comparativamente a 2021, demonstrava a preocupação e importância que o Executivo dava aos SMTUC e, ainda que com pequenos passos, vinha introduzir algumas medidas que, apesar de pontuais naquela primeira fase, visavam cumprir algumas das grandes metas projectadas, como fossem a modernização dos serviços e otimização da rede, a melhoria da gestão e consequente rigor na execução da despesa e a melhoria na gestão dos recursos. Não obstante a situação financeira difícil, congratulavam-se com a opção estratégica de manter o tarifário em todos os títulos e modalidades de pagamento, comparativamente a 2021, e o transporte escolar gratuito a todos os alunos da rede pública, até ao 12º ano de escolaridade, num investimento superior a 4 milhões de euros, no sentido de reforçar a política de dissuasão do uso de veículo individual e a promoção do uso dos transportes públicos;
 - Declarou que as críticas e sugestões da oposição eram bem-vindas, desejáveis e salutares para o bom funcionamento das instituições. Mas seria moral e eticamente injusto exigir ao actual Executivo que, no primeiro ano de mandato, cumprisse na íntegra o programa que tinha apresentado para um horizonte temporal de 8 anos;
 - Concluiu afirmando que com aquela tranquilidade, mas sem perder nunca o foco, estavam seguros de que o próximo orçamento iria já deixar transparecer uma reorientação mais vincada para alcançar a grande mudança que almejavam para Coimbra.

Intervenção do deputado municipal Rui Claro (PS): [\(áudio 53:34 da 3ª gravação a 01:31 minutos - 4ª gravação\)](#)

- Iniciou a sua intervenção com uma mensagem de reconhecimento pelo exercício levado a cabo na última Assembleia Municipal, onde aquele Executivo tinha encetado a já anunciada explicação pormenorizada da situação financeira do Município de Coimbra em 2020 e 2021, apesar de lamentarem não ter acolhido qualquer proposta apresentada pelos Vereadores do Partido Socialista;
- Deu nota positiva para a adequação do Mapa de Pessoal para 2022 às necessidades vivenciadas, bem como



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- aos projectos e desafios do Município para os próximos anos;
- Salientou que o documento aprovado em Reunião de Executivo no dia 17 de Janeiro de 2022, superior a 167 milhões de euros e em discussão naquela sessão, era um *“esforço notável de superação da postura inábil que este Executivo tem vindo a revelar com a política populista que tem vincado a sua acção”*;
 - Não obstante aquele orçamento se encontrar condicionado pelos efeitos da COVID-19, conforme referido pelo Prof. Doutor José Manuel Silva, ele espelhava um rumo, o rumo trilhado pelo Partido Socialista em prol do desenvolvimento do concelho e da região nos últimos anos de governo socialista. Aquele orçamento mais não era do que um orçamento que visava alavancar os investimentos assumidos pelo anterior executivo num montante superior a 65 milhões de euros;
 - Tendo o executivo anterior atravessado dois anos de uma crise de saúde pública sem precedentes, a boa gestão financeira do Partido Socialista tinha permitido definir as prioridades na atribuição de apoios às famílias e às empresas para conseguirem enfrentar as nefastas consequências da COVID-19. Aquele Executivo pouco revelava sobre aquele desígnio, pouco acrescentava e pouco concretizava. A pandemia não podia apenas funcionar para desculpar a falta de ideias ou de capacidade de execução de projetos. Bastando para tal lembrar a deriva a que tinham assistido já com aquele Executivo quando tinham decidido unilateralmente fechar o Centro de Vacinação COVID-19 instalado no Pavilhão Dr. Mário Mexia, obrigando a Administração Regional de Saúde do Centro a pedir auxílio à Universidade de Coimbra para a sua instalação no Pavilhão do Estádio Universitário, que em bom tempo e de forma exemplar, assumiu a missão e a obrigação que deveria caber primordialmente à Câmara Municipal. Alegar que não se sabia não resolvia o problema dos cerca de 300 alunos da Escola Jaime Cortesão que tinham ficado sem aulas naquele Pavilhão;
 - Informou que o que mais admirava naquele orçamento, dado que de conteúdo pouco a florava de novo, era a propaganda com que se iniciava, a dita *“visão estratégica”*. O Executivo iniciava o seu mandato e apresentava o seu primeiro orçamento com um sem fim de repetidas críticas *“directas”* e *“indirectas”* à anterior gestão autárquica e forças vivas da cidade como a Universidade de Coimbra ou o Centro Hospital e Universitário de Coimbra, acabando, por apresentar um orçamento que contava com os investimentos e visão estratégica do Partido Socialista;
 - Questionou: Onde parava a isenção e alívio de rendas e de taxas municipais propalada em 28 de Junho de 2021? a avaliação do funcionamento das oficinas da Câmara Municipal de Coimbra e a melhoria das condições de trabalho tão bem defendida em 14 de junho de 2021? Onde podiam vislumbrar o plano de acção para redução de gastos energéticos nas escolas defendida em 31 de Maio de 2021? e o plano de arborização adequado tão defendido pela maioria? Naquele domínio, haveria candidatura ao Aviso n.º 11/REACT-EU/2021, relativo à (Re)Arborização de espaços verdes e criação de ilhas-sombra em meio urbano? Onde podiam analisar o *“Anel à Pedrulha”*, *“a ligação entre as circulares de forma direta e natural”* que o Presidente da Câmara tanto tinha defendido;
 - Dirigiu-se ao Presidente da Câmara afirmando que a verdade era que, sendo aquele um dos últimos orçamentos que faltava aprovar na região de Coimbra, gostariam de ter tido um vislumbre do tal rasgo que tinha prometido a todos os munícipes. Lembrava-se da intenção do seu movimento de abrir o Jardim Botânico à cidade, propondo a construção de um elevador panorâmico na Rua da Alegria. Aquele elevador que cujos custos queria imputar à IP e, conforme tinha dito, *“não assumidos pela cidade”*. O Jardim Botânico não era pertença da Universidade de Coimbra? Não tinha sido a Universidade de Coimbra aquela entidade que tinha tomado as obrigações da Câmara no auxílio ao processo de vacinação. Onde estavam as vincadas mudanças assinaladas na sua *“visão estratégica”*? A referenciada *“Coimbra reduzida a cidade de alguns serviços públicos em declínio”* *“não lhe ficava bem para a fotografia Senhor Presidente”*. O desinvestimento público que criticava e o cenário negro e desolador que descrevia era de facto apenas contrariado naquele orçamento com os projectos e investimento que tinham transitado da anterior gestão socialista; mais, lembrava-se das dúvidas sobre a ECOVIA que de forma tão veemente propagandeava, avançando, com *“5 propostas básicas do Somos Coimbra essenciais ao sucesso da ECOVIA”*. Era visível naquele documento alguma incoerência e falta de ambição, esperando-se mais face à propaganda que tão bem tinha sabido acenar. A propaganda não seria suficiente para alavancar os desafios que se lhe impunham, designadamente a nível da receita futura. Contaria com o Partido Socialista naquela Assembleia para a fiscalização das suas acções, de forma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

responsável e construtiva, sem populismo ou demagogia, com abertura para as mudanças que justificadamente viessem a propor, mas que no documento daquelas GOP pouco traduzia em ação concreta em benefício dos munícipes;

- Terminou afirmando que com responsabilidade e com desejo que aquele primeiro orçamento fosse um aviso à navegação da sua acção política durante o seu mandato, o sentido do voto do Partido Socialista seria, inevitavelmente, a abstenção.

Intervenção do deputado municipal João Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 02:49 a 15:30 minutos - 4ª gravação\)](#)

- Referiu-se ao conteúdo do documento apresentado, algo transparecia que revelava indefinição e dúvidas quanto aos caminhos a prosseguir, porque, sendo compreensível e naturalmente razoável que os documentos previsionais, Grandes Opções do Plano e Orçamento, não contivessem já uma profunda alteração, podia ler-se na “*visão estratégica*” que sustentava as actuais propostas que, ao arrepio do profundo conhecimento da realidade alardeado na campanha e das afirmações perentórias quanto à mudança imediata a que se propunha a maioria no poder executivo, apostava “*na elaboração do atual orçamento..., não introduzimos ainda modificações substanciais (...) porque queremos promover uma revolução tranquila*”;
- A maioria tinha-se ficado pela apresentação de uma “*estratégia*” que, tão consensual nos seus propósitos, qualquer um, no essencial, poderia subscrever. A verdade era que a vontade de mudança não existia, tratavam-se de opções de mera continuidade, exemplificando, perguntou pelas promessas eleitorais, ainda que genéricas e pouco aprofundadas, como O “*Programa Municipal de Emprego Ambiental, para dinamizar o emprego nas áreas emergentes de ambiente e sustentabilidade...*” a “*via rápida para o investimento empresarial.*” ou “*o alargamento das “zonas industriais existentes e criar novas...*” “*a estruturação da oferta turística municipal em torno das narrativas que nos tornam únicos, tais como Património da Humanidade - Universidade de Coimbra, Alta e Sofia; Portugal dos Pequeninos - Parque único em Portugal; Turismo religioso...*”;
- Relembrou que o Presidente tinha ouvido as propostas então apresentadas, mas nenhuma tinha sido integrada nas Grandes opções do Plano. Tais contributos/exigências tinham, sido reiterados, pela CDU, na sessão do Executivo que tinha apreciado os documentos, deixando em aberto que até àquela sessão a votação dos documentos teria em conta o acolhimento dado às suas propostas que, agora repunham, nos exactos termos em que tinham sido feitas no Executivo Municipal: *Alterar progressivamente o modelo de fornecimento das refeições escolares nas escolas da responsabilidade do Município; os passos insuficientes já dados têm de ter continuidade; acelerar as decisões para a constituição de uma central de compras orientada para os produtores locais, para o efeito acima mencionado; Garantir a entrega dos projetos das obras das Juntas de Freguesia referentes a anos anteriores, no mais curto espaço temporal, possibilitando que os projetos das obras das Juntas de Freguesias para o ano de 2022 sejam disponibilizados em tempo útil. A assunção destes atrasos, implica o compromisso de execução de um plano de recuperação efetivo; Dar continuidade à dotação aos serviços municipais de recursos humanos adequados, na sequência do processo de reestruturação orgânica dos serviços municipais já anunciado e a iniciar; manter e reforçar o caminho de aquisição de equipamentos por forma a dotar os serviços municipais de meios bastantes para o cumprimento da sua missão, revertendo a externalização de serviços; dar início à requalificação dos equipamentos e edifícios municipais; Elaborar um Plano de Mobilidade Inclusiva para todo o concelho. Exige-se uma planificação global no sentido de, sistematicamente, e não através de intervenções pontuais, serem melhoradas as condições de mobilidade, em particular para os cidadãos idosos ou portadores de deficiência, alargando a acessibilidade nos espaços municipais, ampliando os lugares de estacionamento para deficientes, as rampas de acesso e os passeios rebaixados no acesso a passadeiras, eliminando os pisos escorregadios; Promoção da habitação através da requalificação dos bairros municipais e do aumento dos fogos com condições de habitabilidade; dar cumprimento ao levantamento de imóveis efetuado aquando do alargamento das ARU's, iniciando os procedimentos para proceder à colocação de imóveis em regime de arrendamento ou venda a custos controlados ou para apoiar o associativismo, cultural, desportivo ou juvenil, travando a especulação, condicionando os preços de mercado, revitalizando o centro da Cidade. Neste sentido privilegiar a habitação a preços controlados, para famílias e jovens, no edificado em torno da Via Central, conferindo especial atenção a este aspeto; criar uma Casa Abrigo Municipal, de transição,*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

para vítimas de violência doméstica; A dotação dos meios mínimos necessários à execução dos compromissos entretanto delegados no vereador da CDU, ao nível das Bibliotecas, de um novo Arquivo Municipal; de meios e equipamentos pra as diversas áreas dos jardins e espaços verdes; da agricultura urbana; do serviço médico-veterinário; Na área da Cultura, proceder à indicação de espaços disponíveis na cidade para ocupação temporária por grupos amadores e profissionais, como forma de garantir a continuação das actividades dos grupos que ocupam espaços com área insuficiente para assegurar distanciamento; Estes espaços deverão passar a estar sempre disponíveis, em regime de rotatividade ou de calendarização, pelo menos; Elaborar um cadastro, devidamente orçamentado, do que está disponível e apto a ser ocupado; Criar um Centro de Recursos Municipal responsável pela cedência ocasional de equipamentos diversos, (som, luz, mobiliário de cena, etc.), para apoio à atividade cultural; Proceder à construção de um manual de licenciamento de espetáculos durante este período de pandemia, incluindo contactos, procedimentos e sugestões; Reforçar a ligação com os agentes culturais, de preferência com a responsabilização de duas pessoas para contacto direto e prévio com estruturas e acompanhamento de processos”;

- Declarou que aquelas propostas não só mantinham a sua actualidade como a sua concretização não implicava grandes custos financeiros. Eram propostas mínimas de mudança de rumo que indiciariam uma nova atitude para com os municípios, uma real vontade de mudança no sentido de privilegiar a resposta as necessidades dos municípios;
- Continuariam atentos e aguardando que a resposta às suas propostas se concretizasse, mas seria no momento da discussão do relatório e contas de 2022 que se faria a apreciação mais rigorosa da capacidade concretizadora, a eficácia e eficiência dos responsáveis pela execução das políticas. Pelas razões expostas, as propostas apresentadas para as opções de gestão e orçamento municipais, não podiam merecer o seu aval;
- No que aos SMTUC dizia respeito e antes de apreciarem em concreto os documentos apresentados gostariam de ter já visto concretizadas as promessas de resolução das reivindicações dos motoristas dos SMTUC, soluções para a sua situação profissional que só se mantinha devido às alianças na Assembleia da República, entre o PS, o PSD, o CDS-PP, e demais. Quanto às propostas apresentadas para os SMTUC, não podiam deixar de saudar o compromisso reiterado pela maioria do Executivo, através do seu Presidente e da Vereadora responsável que o modelo de gestão dos SMTUC se manteria como serviço público, rejeitando a privatização dos serviços municipais. A aposta na modernização e reforço da frota, com contratação de pessoal, especialmente para a manutenção e circulação e para a expansão do serviço público de transporte colectivo de passageiros a todo o concelho, merecia, da mesma forma, a apreciação positiva. No entanto, não podiam deixar de temer as indefinições e generalizações que se revelavam nas cinco linhas estratégicas propostas, particularmente “o redesenho da rede dos SMTUC, em articulação com os serviços intermunicipais e o futuro MetroBus” cujo alcance não era claro. Era necessária a confirmação de que as opções encetadas no anterior executivo, de substituição paulatina das carreiras existentes de transporte privado cujo serviço era prestado de forma indigna aos concidadãos;

Intervenção do deputado municipal Tiago Bolhão (PS): [\(áudio 15:57 a 16:35 minutos - 4ª gravação\)](#)

- Declarou que tendo sido abordada a mesma questão na última reunião e tendo tomando por princípio o que tinham afirmado, sobre a transparência e oportunidade de ouvir todos os grupos políticos, era-lhe estranho ver, novamente, a questão do orçamento participativo sem dotação realística para a 4ª edição, atendendo que tinha 1000 euros;
- Terminou afirmando que se mantinha, por isso, a questão, ou a participação activa dos cidadãos Conimbricenses não lhes interessava de facto ou então a última reunião tinha servido de pouco para qualquer visão de uma Coimbra mais atractiva, participativa e onde os cidadãos e cidadãs eram foco essencial das políticas públicas.

Intervenção do deputado municipal Ricardo Lopes (PSD): [\(áudio 16:55 a 18:27 minutos - 4ª gravação\)](#)

- Respondeu ao Deputado Municipal Pinto Ângelo referindo, primeiramente, que a Coligação se dissolvia após as eleições e, como experimentado pelo PCP, justificou, assim, o facto de o deputado da CDU conhecer as regras das coligações pós-eleições;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Observou, quanto à distribuição dos tempos, que o PSD tinha 21 deputados e 26 minutos, ou seja 1.24 minutos por deputado e a CDU, por sua vez, tinha 7 minutos e 5 deputados, perfazendo, assim, 1,4 minutos por deputado. Elucidou, ainda, Pinto Ângelo sobre a benevolência da Mesa no cumprimento do tempo “*e nós somos tolerantes com o não cumprimento do tempo apesar de ter mais tempo por deputado (...) do que os diversos partidos que constituíram a Coligação*”;
- Lembrou que, apesar de ser manifesto o desagrado com as 112 medidas do programa eleitoral da Coligação, eram essas que tinham vencido as eleições, pelo que seriam essas que seriam fiscalizadas e verificadas.

Intervenção do deputado municipal Vitor Parola (PS): [\(áudio 19:10 a 26:21 minutos - 4ª gravação\)](#)

- Saudou a manutenção do tarifário social, pelo que representava no alívio das famílias mais carenciadas e pelas repercussões de atractividade em contexto de pandemia. Felicitou, também, a continuidade dos passes escolares gratuitos para alunos do ensino público obrigatório, bem como o investimento previsto para a renovação da frota e melhoria das instalações;
- Criticou que não tivessem sido preconizadas medidas concretas para a resolução da situação dos motoristas dos SMTUC que tinha motivado reiteradas votações desfavoráveis às GOP’s e Orçamento dos SMTUC, apresentados pelo PS;
- Recorreu a palavras de Ana Bastos, anterior vereadora da oposição e, actualmente, Presidente do Conselho de Administração dos SMTUC e citou, quanto a proposta de GOP’s e Orçamento dos SMTUC para anos transactos “*passar os motoristas dos SMTUC de assistentes operacionais para assistentes técnicos*” e “*motivação dos motoristas dos SMTUC através de uma remuneração / gratificação justa*”. Analisou as GOP’S e Orçamento dos SMTUC para 2022 e assumiu não encontrar as medidas porque pugnavam quando titulares do direito de oposição;
- Mostrou preocupação com a rubrica de “*peçoal em regime de tarefa e avença*” dotada de 37 000 euros , estratégia com a qual o PS não poderia concordar por assinalar o recurso a serviços externos em vez de valorizar os trabalhadores do Mapa de Pessoal, consequentemente, desmotivados;
- Aludiu ao alargamento das carreiras dos SMTUC à zona Noroeste da cidade, penalizada ao longo de décadas por falta de transportes de qualidade e providenciando, assim, o usufruto do tarifário social dos SMTUC e, simultaneamente, desfazendo a discriminação existente em São Martinho da Árvore e Lamarosa, São João do Campo e São Silvestre e localidades da União de Freguesias de Antuzede e Vil de Matos;
- Propuseram-se a constituir uma oposição construtiva que com a fiscalização da actual gestão camarária constatava que as GOP’s 2022 não cumpriam o programa eleitoral que a Coligação “*Juntos Somos Coimbra*” tinha prometido e acrescentou que as 112 medidas não podiam ficar para o final do mandato.

Intervenção do deputado municipal Juvenal de Sousa (PS): [\(áudio 26:52 a 32:04 minutos - 4ª gravação\)](#)

- Declarou que as Grandes Opções do Plano e do Orçamento eram as principais ferramentas de realização das políticas constantes do programa eleitoral da força política vencedora das eleições. A proposta das GOP e Orçamento, apresentada pela Coligação tinha uma designada “*Visão Estratégica*” que vinha mostrar a inabilidade da actual maioria, limitando-se a apresentar uma proposta traduzida num orçamento de continuidade do Executivo anterior. As GOP e Orçamento, mostravam bem a incapacidade daquele Executivo em cumprir as promessas eleitorais feitas aquando da campanha eleitoral, dado traduzirem-se na falta de projetos e ações reais;
- Apesar da atual maioria ser incapaz de resolver os problemas dos cidadãos, ainda assim e na continuidade das políticas do Partido Socialista para Valorizar Coimbra, procuravam deixar algumas propostas traduzidas na visão do Partido Socialista, “*afirmando Coimbra como uma cidade de Pessoas, de História, de Ciência, de Cultura, de Património, Empreendedora, de Investimento, de Tecnologia, de Indústria, enfim, uma cidade de Inovação e Conhecimento, onde os cidadãos tenham gosto de viver e trabalhar e os visitantes tenham vontade de voltar*”;
- Afirmou que naqueles documentos não conseguiam encontrar os prometidos reforços de verbas para a Reabilitação Urbana, designadamente do Centro Histórico, fundamental para melhorar as condições de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

habitabilidade, promovendo o património cultural e modernizando infraestruturas, tornando assim a cidade mais atractiva em termos turísticos, contribuindo para a dinamização da economia local. Sendo certo que o anterior executivo do Partido Socialista, nos últimos anos tinha executado inúmeros projectos de requalificação no coração da cidade, que o “*Juntos Somos Coimbra*” com a sua proposta, queria agora parar. No que dizia respeito ao Programa Municipal para as “*Alterações Climáticas*”, elaborado pelo Executivo socialista, que forçosamente teria que ser uma prioridade, pelo que a sua execução teria que ter uma dotação financeira reforçada para 2022, ao contrário tinha apenas uma verba de 5.000,00€;

- Quanto às Acessibilidades, informou que não era aproveitada a proposta do Partido Socialista que considerava fundamentais e estruturantes para que fossem devidamente dotadas com verbas para melhorar as acessibilidades na margem esquerda, sobretudo no que concernia aos serviços de saúde, designadamente ao Hospital Central dos Covões do qual Coimbra e a Região precisavam. Aquelas obras tinham de aparecer na proposta de GOP e Orçamento para 2022 com uma dotação compatível. Outras obras e serviços de vital importância para a cidade e seus munícipes, eram ignoradas ou esquecidas pelo Executivo Municipal “*Junto Somos Coimbra*” nomeadamente; *A execução da Estrada da Beira, com projeto aprovado e adjudicada; A educação Pré-Escolar a criação de uma rede pública de creches; Um programa de Apoio Social às Famílias e ao Comércio Local; Um plano Municipal de Saúde; Um fundo Municipal de Emergência Social; Um programa Municipal de Apoio aos Cuidadores Informais; Um programa Municipal Educar para a Cidadania Ambiental e o “Prémio Jovem para a Sustentabilidade”; Um programa Municipal de Desporto Escolar, e Infraestruturas Desportivas”;*
- Naquele sentido, os eleitos pelo Partido Socialista naquela Assembleia Municipal entendiam, que dado que com aquelas GOP e aquele Orçamento, muito do que tinha sido prometido aos conimbricenses não iria ser cumprido, nomeadamente: Os 9 milhões de euros para a Candidatura de Coimbra a “*Capital Europeia da Cultura*”; As transferências previstas para as Freguesias que perfaziam 10% do orçamento; O tão anunciado “*Plano Marshall*” para a revitalização da Baixa, entre outras promessas que nos últimos 4 anos tinham motivado, sistematicamente, o voto contra do “*Somos Coimbra*” nas propostas de GOP e Orçamento apresentadas pelo Partido Socialista;
- Em conclusão, disse as GOP e o Orçamento Municipal não poderiam contar com o voto favorável do Partido Socialista, mas o Partido Socialista como partido consciente e fundador da democracia, defensor do poder local democrático iria abster-se naquela votação.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:

- Anunciou a entrada na *Mesa* de uma lista conjunta, relativa ao *Ponto 6* e ao *Ponto 7* com a indicação dos Presidentes de Junta, para ocupar os lugares a que tem direito, na Comissão Municipal de Protecção Civil e na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais;
- Colocou à consideração da Assembleia, dada a consensualidade do acordo apresentado, a votação “*por braço no ar*”, ao invés, de eleição por voto secreto em urna;
- Salvaguardou que, em cumprimento do Regimento, apenas se poderia colocar a hipótese de voto de braço no ar se não existissem objecções.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 35:09 a 39:39 minutos - 4ª gravação\)](#)

- Sublinhou a incoerência da posição assumida, enquanto oposição do “*Movimento Somos Coimbra*”, então liderada pelos Vereadores José Manuel Silva, actualmente Presidente da Câmara e, Ana Bastos. Incoerências bem demonstradas pelas claras e inequívocas intervenções do Deputado Municipal da CDU, João Pinto Ângelo e dos seus colegas de bancada, Rui Claro, Juvenal de Sousa, Vitor Parola e Tiago Bolhão;
- Deu exemplos objectivos da incoerência expressa, primeiramente, a intervenção do Vereador Miguel Fonseca, em sede da reunião do Executivo, onde tinha sido aprovado o Orçamento, que com toda a clareza e justeza tinha tido a oportunidade de dizer que “*as transferências correntes representam 14 milhões de euros onde se incluem essencialmente transferências de competências para as Juntas e Uniãos de freguesia 4,3 milhões de euros*”;
- Prosseguiu atentando no que tinha dito o Vereador, actualmente Presidente da Câmara Municipal de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Coimbra, na sua intervenção do ano anterior - reunião da Câmara de 26/11/2020: *“Um outro assunto primordial para o Somos Coimbra é o reforço de verbas para as freguesias, tendo como valor indicativo 10% do orçamento total da Câmara, e o inequívoco cumprimento do espírito e da letra do Dec. Lei nº 57/2019, que está a ser dramaticamente violado”* e assim, tinha sido votado contra a aprovação do Orçamento, justificando o seu *“voto contra”* com o seguinte intervenção: *“O que mais gostaríamos de poder encontrar e analisar neste orçamento era precisamente aquilo de que Coimbra mais carece, as orientações estratégicas da Câmara para o futuro, com um claro rumo de desenvolvimento sustentável e respeito pelo meio ambiente, de competitividade, de atracção de grandes investimentos em novas empresas, de criação de emprego e atracção e fixação dos mais jovens, de libertação da energia criativa e empreendedora da cidade, ...”*. Para os vereadores do *“Somos Coimbra”*, *“o que ontem era uma mentira, hoje é uma verdade”*. No futebol dizia-se o contrário, *“o que hoje é verdade, amanhã é mentira”*;

- Concluiu apelando a todas as forças políticas representadas na Assembleia Municipal para que não votassem contra o Orçamento apresentado, como o tinha feito o *“Somos Coimbra”*, no mandato anterior. Abstiveram-se como iria fazer o Partido Socialista.

Intervenção do Presidente da Câmara Municipal:

- Avançou que estavam perante o Orçamento possível nas circunstâncias actuais, mostrando contentamento porque *“não nos apontaram um único cêntimo mal gasto, apenas uma alusão ao contrato de avença dos SMTUC”*;
- Apontou como diferença crucial os projectos transformadores da cidade, prevenindo que seria mais fácil ser notório no âmbito das freguesias pelo pouco investimento que lhes tinha sido dedicado;
- Anunciou que pretendia reunir com cada um dos Presidentes de Junta de Freguesia para definir as suas estratégias, ainda não tinham tido oportunidade;
- Reconheceu que a oposição estava a cumprir com o seu papel e que as críticas se desenrolavam-se em reflexões que se revelavam positivas;
- Assinalou a candidatura de Coimbra a *Capital Europeia da Cultura 2027* como decisiva para a abordagem do próximo Orçamento, sendo que saberiam o resultado do primeiro apuramento em 11 de Março e, posteriormente, se Coimbra seria a eleita, no fim do ano. No sentido da continuidade, reuniam regular e frequentemente com o grupo de trabalho para preparar o projecto de extrema relevância para os anos seguintes;
- Rebateu a intervenção de Graça Simões, garantindo que o conteúdo, mais do que os propósitos ou a estratégia, era o que mais interessava. Afirmou que o investimento no Horto Municipal estava em vigor desde o Executivo anterior. Referiu que a criação de árvores, para aplicação imediata, não era suficiente. Mas, por sua vez, a produção de flores ascendia às 100.000 flores por ano. Instou no reforço do horto e na motivação das pessoas, adiantando, nesse âmbito *“uma pequena decisão que vamos reservar para o Dia da Mulher”*;
- Partilhou da preocupação com a política animal, delegando no Vereador Francisco Queirós o trabalho conjunto com as associações de defesa animal;
- Anuiu a necessidade de valorizar os transportes públicos da cidade dinamizando a sua procura;
- Retomou as palavras do deputado Municipal Rui Claro e reconheceu que as medidas propostas pelo PS não tinham sido acolhidas, porque, aquando do debate na Assembleia Municipal, o PS tinha anunciado, formalmente, que não apresentaria medidas, pelo que a sua propositura extemporânea, após votação do Orçamento, não tinha tido procedência por impossibilidade de alteração, como ditava o e-mail para o qual remeteu;
- Pronunciou-se quanto ao encerramento do Pavilhão Mário Mexia, imputando as responsabilidades ao Governo e respectivas estratégias de vacinação. Acusou o Governo/ARS/Aces de não procurar alternativa quando avisados, com 2 meses de antecedência do encerramento do espaço. Criticou a escolha de outro pavilhão prejudicando jovens e a sua prática desportiva e afirmou que a Câmara tinha cumprido a sua obrigação com apresentação de espaços alternativos *“ninguém nos falou dos 300 jovens da Jaime Cortesão, nem a própria Jaime Cortesão (...) não podemos resolver aquilo que não nos comunicam*. Reforçou que os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- meios do Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente dos centros de saúde, valorizados não preteririam a prática desportiva dos jovens;
- Observou que a manutenção dos investimentos do anterior Executivo devia ser elogiada no sentido de se assistir a uma evolução relativamente ao que tinha sido encetado pelo Partido Socialista. Com inflexões e propostas do actual Executivo, avançou que tinham sido poucos os investimentos que tinham sido suspensos e todos, justificadamente, porque se inseriam na transição de quadros comunitários de apoio;
 - Aludiu à alteração substantiva de estratégia, ao reservar a zona ribeirinha para os peões e não para os automóveis, promovendo, ainda, a utilização dos SMTUC;
 - Adiantou que o elevador das escadas monumentais, seria incluído no financiamento europeu com uma alteração do projecto, e cujo nome seria alterado em homenagem a uma grande figura histórica da região;
 - Referiu-se à crítica feita pelo Deputado Municipal Pinto Ângelo, relativamente à Coligação Juntos Somos Coimbra, como sendo injusta, tomando o exemplo da CDU no Parlamento;
 - Contou que, proactivamente, tinham contactado os actuais detentores da antiga fábrica dos curtumes que, por sua vez, tinham apontado a falta de responsividade da Câmara até ao momento. Instou no aceleração de respostas e procedimentos, inclusive com a suspensão do PDM, para permitir o investimento de um importante grupo de Coimbra na zona de Cernache;
 - Relevou que o documento apresentado, projecto de Orçamento e GOP'S, tinha a participação de todos os vereadores com pelouro;
 - Remeteu para a intervenção do Deputado Municipal Victor Parola e, com recurso aos textos que tinha exposto citou uma das propostas apresentadas *“evitar a criação de uma nova carreira, algo que parece assustar o governo e esta Câmara. Assim, propomos que de assistentes operacionais, com função de agente único, os motoristas passem a assistentes técnicos com função de agente único, carreira em que o seu perfil se enquadra perfeitamente com as respectivas consequências em termos de equivalências, critérios futuros de selecção e carreiras remuneratórias. Naturalmente que esta solução deve ser previamente debatida de modo formal com a Comissão de Trabalhadores”*. Lançou o repto, formal, ao Partido Socialista, com maioria na Assembleia da República, para avançar com uma iniciativa legislativa no sentido de permitir resolver o problema dos motoristas dos SMTUC definitivamente;
 - Justificou que a orçamentação de 37 000 euros para avenças se tratava de um investimento e não uma despesa porque tinha sido compensada com a recuperação de autocarros cujas avarias estavam na garantia, economizando 90 000 euros *“só com este acto já pagamos a avença desse futuro, eventual avençado”*. Prosseguiu com o seguro de quebra de vidros que a Câmara / SMTUC pagava e de que não usufruía *“ninguém com responsabilidades de gestão nos SMTUC tinha reparado neste pormenor. Com estas duas circunstâncias já se pouparam mais de 100.000 euros ao erário público (...)”*;
 - Especulou o pagamento de indemnizações, na senda do alargamento da rede de autocarros, face ao incumprimento do prazo de 4 de Dezembro de 2019, aludido, na altura, por Ana Bastos;
 - Referiu, em resposta à intervenção do Deputado Municipal Juvenal Sousa, que já tinha dado exemplos de projectos para apresentar ao futuro quadro comunitário de apoio. Rebateu veementemente a ideia de paralisação de investimentos no centro da cidade. Lembrou, quanto à urgência de construção da nova via de acesso aos covões, que existia todo um planeamento por fazer. Declarou que tinham votado contra, como estratégia e com apresentação atempada de propostas que não tinham sido consideradas;
 - Tratou o reforço das verbas para as freguesias, aludido pelo Deputado Municipal Ferreira da Silva, reafirmando o valor indicativo de 10% do Orçamento, aprovado em *Moção* proposta pela CDU e votos favoráveis do Somos Coimbra e que o PS tinha deixado por cumprir. Questionou se estava em causa o aeroporto de Cernache quando se referia ao contraste entre a verdade e a mentira. Declarou *“Conta já com as minhas desculpas para tudo. Nós contamos com a vossa abstenção nos próximos quatro anos.*

Intervenção do deputado municipal João Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 07:05 a 07:38 minutos - 5ª gravação\)](#)

- Interpelou a *Mesa* quanto à intervenção do Presidente da Câmara.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:

- Esclareceu que a interpretação que sempre tinha sido feita era de que, quando o Presidente de Câmara tomava a palavra, estava a responder aos deputados, a questões colocadas no exercício normal do seu Mandato, não estaria a interpelar ou invectivar os deputados “*entendamos de boa-fé*”;
- Explicou a Pinto Ângelo que, face à interpelação da Mesa quanto ao seu procedimento, o critério era decidido pelo Presidente em conjunto com a Mesa e definiu “*não há aqui nenhuma ofensa há um simples direito de resposta*”.

2. Grandes Opções do Planos e Orçamento para 2022 da Câmara Municipal de Coimbra;

- **Autorização para celebração de Contratos de Delegação de Competências Municipais entre a Câmara Municipal e as Uniãos e Juntas de Freguesia;**
- **Regulamento Interno de Fundos de Maneio;**
- **Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA);**
- **Mapa de Pessoal para 2022;**

Deliberação nº 1/2022

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou por *maioria de 22 votos a favor* (11- PSD; 5-NC; 4-CDS-PP; 1-PPM e 1-CH) e *29 abstenções* (22-PS; 5-CDU; 2- CpC), aprovar as **Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Coimbra para 2022**, no Total do Orçamento da Receita e da Despesa de 167.756.283€ e as **Grandes Opções do Plano** no valor de 108.132.889€; a **Autorização para celebração de Contratos de Delegação de Competências Municipais entre a Câmara Municipal e as Uniãos e Juntas de Freguesia** e a **Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA)** e a proposta de **Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Coimbra para o ano de 2022**, com os fundamentos da Informação nº 59535, de 22 de Novembro de 2021, do Departamento de Recursos Humanos .

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

3. **Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra;**

- **Mapa de Pessoal para 2022**

Deliberação nº 2/2022

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou por *maioria de 24 votos a favor* (11- PSD; 5-NC; 4-CDS-PP; 2- CpC; 1-PPM e 1-CH) e *27 abstenções* (22-PS; 5-CDU) aprovar as **Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para 2022**, que totalizam 26.759.354,00€, dos quais 22.453.589,00€ (83,9%) respeitam a **Receitas Correntes**, 3.517.098,00€ (13,1%) a **Receitas de Capital** e 788.667,00 (3%) a **Receitas Efectivas** e, quanto à despesa, 20.545.599,00€ (76,8%) respeitam a **Despesas Correntes** e 6.213.745,00€ (23,2%) a **Despesas de Capital**, sendo que o **Plano Plurianual de Investimentos para 2022** totaliza o valor de 10.033.495,00€, dos quais 6.213.745,00€ têm **financiamento definido** e o **Mapa de Pessoal para 2022 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra**.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Declaração de voto do deputado municipal João Campos: [\(áudio 18:34 a 19:38 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Declarou que o voto não representava concordância com o documento “*é um voto de confiança nos novos caminhos (...) é, pois, um voto em si, Senhor Presidente da Câmara, sem louvor, mas com um voto de confiança(...) para defender o povo e os interesse das nossas freguesias que representamos aqui na Assembleia Municipal de Coimbra*” subscrito por Carlos Pinto, Assunção Ataíde, Américo Petim e Mafalda Fagulha.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:

- Enunciou os *Pontos 4 e 5* como matérias de conhecimento, para as quais não tinham sido apontadas observações.

4. **Acta da Assembleia Geral da AC, Água s de Coimbra, E. M., na qual foram aprovados os Instrumentos**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

de Gestão Previsional de 2022 e o Parecer do Fiscal Único — Conhecimento;

A Assembleia Municipal de Coimbra *tomou conhecimento* dos *Instrumentos de Gestão Previsional 2022 da AC, Águas de Coimbra, E.M., bem como do Relatório do 3º Trimestre e do Parecer do ROC.*

5. Revisores Oficiais de Contas da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra — Pedido de Cisão - Conhecimento;

A Assembleia Municipal de Coimbra *tomou conhecimento da cisão* entre a *LCA Leal, Carreira & Associados, SROC. (NIPC 502237953) a favor da Leal & Associado, SROC, Lda. (NIPC 516295489), para a aquisição de serviços de auditoria externa e revisão legal de contas do Município de Coimbra e dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra.*

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:

- Apresentou a lista proposta à *Mesa* pelo PS, PSD e CDU para, no âmbito dos *Pontos 6 e 7*, elegerem os Presidentes de Junta;
- Avançou que para a Comissão Municipal de Protecção Civil era proposto o nome de Jorge Mendes, Presidente da União das Freguesias Taveiro, Ameal e Arzila, e para a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais a composição integrada por António Ferreira Coelho, Presidente da Freguesia de Almalaguês, e Luís Miguel Lopes Correia, Presidente da União das Freguesias de Eiras e São Paulo de Frades;
- Colocou à consideração da Assembleia a votação por “*braço no ar*” ou, havendo objecção recorrer-se-ia a voto secreto;
- Questionou directamente se ninguém exigia voto secreto e, dado que ninguém se tinha pronunciado, abriu a votação.

6. Actualização da constituição da Comissão Municipal de Protecção Civil- eleição de Presidente de Junta de Freguesia;

Deliberação nº 3/2022

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou por *maioria de 49 votos a favor (22-PS; 11-PSD; 5- CDU; 4- NC; 4- CDS-PP; 2-CpC; 1-PPM) e uma abstenção (CH) eleger Jorge Espírito Santo Mendes, Presidente da União das Freguesias Taveiro, Ameal e Arzila, para integrar a Comissão Municipal de Protecção Civil.*

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

7. Constituição da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais — eleição de dois Presidentes de Junta Freguesia;

Deliberação nº 4/2022

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou por *unanimidade eleger António Ferreira Coelho, Presidente da Freguesia de Almalaguês, e Luís Miguel Lopes Correia, Presidente da União das Freguesias de Eiras e São Paulo de Frades* para integrem a *Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais.*

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

8. Designação de júri de procedimento para provimento de cargo intermédio de 2º grau dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra;

Retirado da Ordem de Trabalhos a pedido da Câmara Municipal de Coimbra.

9. Designação do fiscal único da AC, Águas de Coimbra, E.M.;

Deliberação nº 5/2022

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, por *maioria de 48 votos a favor (21-PS; 11-PSD; 5-CDU; 4- NC; 4-CDS-PP; 2-CpC; 1-PPM) e 2 abstenções (1-PS e 1-CH), aprovar a renovação, para o mandato autárquico em curso, da sociedade de revisores oficiais de contas Piedade, Penacho. Tabora, Baptista & Associados, SROC, Lda., inscrita na Lista de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 335,*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

como fiscal único da empresa municipal AC, Águas de Coimbra, E.M., bem como o revisor oficial de contas Bruno José Machado de Almeida, inscrito na respectiva Ordem sob o nº 1407, como suplente do fiscal único.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

10. Proposta de Auto de Transferência de Competências para a União das Freguesias de Souselas e Botão;

Intervenção do deputado municipal Luís Silva (PS): [\(áudio 24:13 a 25:54 minutos - 5ª gravação\)](#)

- Declarou que o PS votaria favoravelmente a proposta de transferência de competências, em coerência com a posição assumida no mandato anterior e antes das eleições autárquicas. Questionou o que tinha sido alterado de substancial no documento proposto para justificar o desbloqueio da situação;
- Assinalou um padrão de acção e remeteu para a última sessão, no âmbito da alteração ao PDM, em que tinham assistido a uma alteração de voto por parte do Somos Coimbra que, meses antes, tinha votado contra;
- Recorreu a palavras da Vereadora Ana Bastos em Outubro de 2018 em que observava que os critérios de dotação e distribuição deveriam ser revistos e que o Município de Coimbra penalizaria as freguesias suburbanas duplamente, atendendo à população e densidade. Perguntou, neste sentido, se tinha sido tomada alguma medida para regularizar esta objecção para justificar a sua aprovação;
- Interrogou o facto de estar em falta o Auto de Transferência da União de Freguesias de Coimbra.

Intervenção do deputado municipal Rui Soares (NC): [\(áudio 26:35 a 29:41 minutos - 5ª gravação\)](#)

- Referiu que a mudança de Câmara tinha implicado alterações significativas, nomeadamente, na rúbrica das limpezas. Acrescentou que o documento foi melhorando com as reivindicações expostas, advertindo que existiam pontos de melhoria contínua, não só nos valores, mas nas próprias descrições;
- Observou que tinha 381.000 € de obras por executar e que algumas delas tinham sido canceladas face à subida dos preços orçamentados;
- Apelou ao voto unânime e realçou que se tratava de fruto do seu trabalho de 8 anos.

Intervenção do deputado municipal João Campos (PSD): [\(áudio 30:01a 32:46 minutos - 5ª gravação\)](#)

- Citou um comunicado dos serviços municipais “a empresa SUMA não deve ser assumida como referência uma vez que assegura um conjunto de tarefas e utiliza meios mecânicos que nenhuma Junta de Freguesia poderá assumir: lavagem de papeleiras, lavagem de ruas (...)”, questionando de imediato a legitimidade da observação; Apontou, ainda, incorreções técnicas aos autos de transferências apresentados pelos serviços;
- Relembrou que tinha uma acção judicial a decorrer porque tinha sido convocado para uma reunião para discutir a proposta de descentralização em Dezembro de 2020 e o auto de transferência da sua União de Freguesias estava agendado para reunião de Câmara do dia anterior;
- Respondeu directamente ao Deputado Municipal Luís Silva avançando que a grande diferença se prendia com a disponibilidade para negociação da actual Câmara.

10. Proposta de Auto de Transferência de Competências para a União das Freguesias de Souselas e Botão;

Deliberação nº 6/2022

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou por *maioria de 49 votos a favor (21-PS; 11-PSD; 5-CDU; 4-NC; 4-CDS-PP; 2-CpC; 1-PPM; 1-CH) e uma abstenção (PS)*, aprovar o **Auto de Transferência de Competências na Junta da União das Freguesias de Souselas e Botão**, nos termos e com os fundamentos propostos na Informação nº 4933, de 27 de Janeiro do Gabinete de Apoio às Freguesias, que são os seguintes:

- 1. Que a União das Freguesias passe a efectuar a gestão e manutenção dos espaços verdes, proposta pela Divisão de Espaços Verdes e Jardins, com área total de 3.025,00m², considerando como base negocial com a União das Freguesias o valor de referência de 1,18€/m² perfazendo o valor de 3.569,50;**
- 2. Que a União de Freguesias passe a efectuar a limpeza das vias e espaços públicos, sargetas e sumidouros, propostos pela Divisão de Saúde e Ambiente, com a extensão total de 90.289,00ml**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- considerando como base negocial com a União das Freguesias, o valor de referência de 2.06€/m, perfazendo o valor total de 185.995,34€;
3. Que, nesta fase, não seja transferido para a União das Freguesias a manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano, uma vez que não existe equipamento que tenha sido instalado pelo Departamento de Espaço Público, Mobilidade e Trânsito;
 4. Que a União das Freguesias passe a efectuar a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, bem como a manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, considerando o valor de referência de 40€ por aluno/ano/competência, para o universo de 163 alunos (dados de 2022), perfazendo o valor de 13.040,00€;
 5. No que concerne à transferência de competências previstas nas alíneas g), h), i), j), k), l), conforme referido na Informação da Divisão de Licenciamentos e Fiscalização de Actividades, são competências com impacto na gestão directa do Município e da execução do interesse geral (nº3 do art.2º Capítulo I Decreto-Lei nº 57/2019). Assim, com base em princípios financeiros de gestão de recursos humanos e estrutura orgânica, bem como a harmonia da gestão do espaço comum do Município, nesta fase, estas competências devem ser transferidas para a União de Freguesias, tendo ficado para já, suspenso por acordo entre as partes, devendo ser alvo de reuniões e de negociações para possível implementação futura.
 6. Que não seja transferida para a União das Freguesias a autorização da realização de fogueiras e do lançamento e queima de artigos pirotécnicos, designadamente foguetes e balonas, bem como a autorização ou Recepção das comunicações prévias relativas a queimas e queimadas, conforme a alínea m), do artigo 2º, Capítulo I, do Decreto-Lei nº 57/2019.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Declaração de voto do deputado Ferreira da Silva (PS): ([áudio 33:38 a 33:54 minutos - 5ª gravação](#))

→ Declarou que o Partido Socialista tinha votado a favor daquela proposta, por respeito pelo povo de Souselas e Botão, não se revendo, no entanto, nas palavras do Presidente daquela União de Freguesias.

11. Projecto de Acta nº 4/2021, de 7 de Setembro.

Deliberação nº 7/2022

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, por *unanimidade*, aprovar o **Projecto de Acta nº 4/2021, de 7 de Setembro.**

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Assinadas e aprovadas as deliberações por minuta e sendo vinte horas, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão.